

CAPÍTULO 5
UM ENVOLVIMENTO DE “BAIXA INTENSIDADE”
(28 DE SETEMBRO DE 1974 – 11 DE MARÇO DE 1975)

1.A «missão Lukens»

Na sequência do 28 de Setembro, o governo dos EUA resolveu finalmente abandonar a sua atitude de «esperar para ver», adoptando uma política de envolvimento, ainda que de “baixa intensidade”, no processo político português. Fê-lo através do envio de missões de avaliação no terreno da situação do País; pela pressão diplomática; com o recurso à «arma económica»; através da nomeação de uma nova equipa para a Embaixada em Lisboa; e por meio do progressivo isolamento de Portugal no seio da NATO, iniciado pelo processo do seu afastamento do Grupo de Planeamento Nuclear da Organização (NPG).

A própria evolução da revolução portuguesa, ao direccionar-se cada vez mais num sentido desfavorável aos interesses norte-americanos, contribuiu em larga medida para a crescente importância que Lisboa adquiriu em Washington. E, neste âmbito, as informações de sinal negativo começaram a chegar logo após o choque definitivo entre Spínola e o MFA, nomeadamente com a natureza da recomposição dos órgãos de poder político-militar que não deixou de expressar a balança de poderes resultante do 28 de Setembro.

A 1 de Outubro tomou posse o III Governo Provisório e a sua composição traduziu a contínua ascensão do MFA, muito em especial da sua Comissão Coordenadora que, para além continuar a deter o cargo de Primeiro-Ministro, passou a controlar a quase totalidade das pastas mais importantes. Também Vasco Gonçalves viu o seu poder aumentado ao adicionar ao papel de líder do executivo os ministérios da Defesa e da Comunicação Social. Ainda significativo foi o afastamento dos “spínolistas”, com as demissões de Sanches Osório e Firmino Miguel. Ao nível civil, os partidos mantiveram o mesmo número de pastas, mas o PCP foi o grande beneficiado, ainda que indirectamente, com o reforço do poder de Vasco Gonçalves e dos “gonçalvistas”.¹

¹Para uma boa descrição do processo de constituição do III Governo Provisório ver em especial: Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...ob.cit.*, pp.130-33

Quadro 3
III Governo Provisório
 (30/9/74 – 26/3/75)

Primeiro-Ministro	Ministro do Trabalho
Vasco Gonçalves (Militar, MFA-CCP)*	Costa Martins (Militar, MFA-CCP)
Ministros sem Pasta	Ministro da Defesa Nacional
Álvaro Cunhal (PCP)	Silvano Ribeiro (Militar)**
Joaquim Magalhães Mota (PPD)	Ministro da Comunicação Social
Ernesto Melo Antunes (Militar, MFA-CCP)	Jorge Correia Jesuino (Militar, MFA)**
Vítor Alves (Militar, MFA-CCP)	Ministro do Equipamento Social e Ambiente
Negócios Estrangeiros	Ministro dos
Mário Lopes Soares (PS)	José Augusto Fernandes (Militar)
Ministro da Justiça	Ministro das Finanças
Francisco Salgado Zenha (PS)	José Silva Lopes (independente)
Ministro da Economia	Ministro da Coordenação Interterritorial
Rui Vilar (PS)	António de Almeida Santos (independente)
Ministro da Administração Interna	Ministro da Educação e Cultura
Manuel da Costa Brás (Militar, MFA)	Vitorino Magalhães Godinho (independente)***
	Rodrigues de Carvalho (Militar)****
	Ministro dos Assuntos Sociais
	Maria de Lurdes Pintassilgo (independente)

*acumula com as pastas da Defesa Nacional e Comunicação Social

**a partir de 24/2/75

***até 29/11/74

****a partir de 4/12/74

Também nos restantes órgãos de poder político-militar se fizeram sentir as consequências do 28 de Setembro. Desde logo, na Junta de Salvação Nacional, com as saídas de Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo, isto para além do próprio Spínola, e a sua substituição por militares da confiança do MFA: Carlos Fabião, Fisher Lopes Pires, Pinho Freire e Mendes Dias; do elenco inicial da JSN apenas permaneceram em funções Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, sendo o último substituído interinamente por Silvano Ribeiro por se encontrar ausente do País enquanto Governador de Angola. Depois, no Conselho de Estado de onde saíram os quatro membros afastados da Junta que tinham assento por inerência no CE e os “spinolistas” Almeida Bruno e Ricardo Durão.

Todavia, de todos os resultados desencadeados pelo 28 de Setembro, o mais significativo foi o início do processo que conduziu à institucionalização do MFA. Assim, em Outubro ocorreram os primeiros avanços concretos com a criação do Conselho Superior da Revolução (conhecido por «Conselho dos Vinte») e da Assembleia dos Delegados do MFA (ou «Assembleia dos Duzentos»). A primeira estrutura era composta pelos sete membros da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas - Almada Contreiras, Canto e Castro, Franco Charais, Miguel Judas, Pereira Pinto, Pinto Soares e Vasco Lourenço -; os sete membros da JSN - Carlos Fabião, Costa Gomes, Fisher Lopes Pires, Medes Dias, Pinho Freire, Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho -; cinco ministros militares - Costa Brás, Costa Martins, Melo Antunes, Vasco Gonçalves e Vítor Alves -; e o comandante-adjunto do COPCON - Otelio Saraiva de Carvalho. Ou seja, como destacou correctamente Maria Inácia Rezolla, «o Conselho reunia num mesmo organismo todos os oficiais com funções político-militares», o que permitia perceber que um dos seus principais objectivos era o de «coordenar a actividade de todos estes militares», nomeadamente ao nível da definição das «linhas de actuação e estratégias a seguir».² A «Assembleia dos Duzentos» era composta por representantes dos três ramos das Forças Armadas, tinha carácter consultivo e não deliberativo e visava, numa primeira instância, reforçar o peso das decisões das cúpulas do MFA, inserindo-as no quadro de uma legitimidade “democrática” interna. Além disso, almejava garantir a unidade do “Movimento” ao consagrar uma representatividade aparente de todos os seus membros e ao nível dos três ramos das Forças Armadas, razão pela qual uma grande parte dos delegados era eleita directamente mesmo que em colégios restritos.

Foi neste contexto de afirmação do MFA no processo político português e de início da deriva à esquerda que chegou ao País a equipa do Departamento de Estado enviada por Henry Kissinger justamente na sequência dos acontecimentos do 28 de Setembro. Chefiada por Alan Lukens, responsável pela *desk* de assuntos Ibéricos, e integrando ainda Michael Samuels, perito em África, Robert Ryan, especialista em matérias económicas, e Peter de Vos, com ligações anteriores a Vítor Alves, a «missão Lukens» permaneceu em Portugal de 10 a 14 de Outubro, tendo contactado com vários dirigentes portugueses, como por exemplo, Mário Soares, Marcelo Rebelo de Sousa, Freitas do Amaral, Silva Lopes, Vítor Alves e Vítor Cruz (ligado aos movimentos

²*Idem*, pp.137-38

separatistas açorianos), bem como com os Embaixadores do Brasil. General Fountora, e da França, Bertrand Duravel.

O objectivo imediato da missão era limitado, consistindo na recolha da informação necessária à avaliação da realidade portuguesa após a queda de Spínola de molde a permitir à Casa Branca decidir o sentido da resposta a dar à solicitação de Costa Gomes para ser recebido pelo Presidente Ford aquando da sua deslocação aos EUA, por ocasião da Assembleia-Geral da ONU. Isso mesmo foi confirmado pelo próprio Kissinger num telegrama enviado para as Embaixadas em Londres e Bona, destinado justamente a explicar a «missão Lukens», onde afirmava que antes da autorização ao pedido do chefe de Estado português para visitar Washington e encontrar-se com Gerald Ford era preciso obter «toda a informação relativamente à situação em Lisboa e à postura do novo Governo».³

Importa sublinhar que os Estados Unidos manifestaram muitas dúvidas em receber o novo Presidente da República. O Embaixador João Hall Themido escreveu a este respeito que, «quando Spínola se sentiu forçado a renunciar ao cargo, com um discurso pessimista», recebeu «imediatamente sinais claros de que Costa Gomes não seria bem-vindo a Washington», acrescentando ainda que «não foi fácil convencer o governo americano a receber Costa Gomes».⁴ Também Alan Lukens confirmou este dado e reforçou a ideia de que a missão a Portugal teve justamente como propósito decidir se o general era “desejado” do outro lado do Atlântico; começando por revelar a existência «uma reunião alargada no Departamento de Estado para decidir se se convidada ou não Costa Gomes a visitar os Estados Unidos», o responsável pela *desk* de Assuntos Ibéricos concluiu: «foi esse o objectivo da missão».⁵

Todavia, o envio da equipa do Departamento de Estado a Lisboa tinha outro propósito a prazo mais relevante, nomeadamente permitir aos EUA encetarem contactos com os aliados europeus ocidentais sobre Portugal, muito em especial com os alemães e os britânicos. No mesmo telegrama de Kissinger para Bona e Londres escrevia-se: «O Departamento de Estado acredita que será útil trocar pontos de vista com ambos os ministérios dos Negócios Estrangeiros sobre os desenvolvimentos em Portugal. O Departamento planeia enviar um funcionário a Lisboa antes da visita a Bona e a Londres para que ele esteja bem informado antes da troca de avaliações sobre

³«Outgoing Telegram 222263, October 9, 1974. www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁴João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...* ob.cit., pp.194-95

⁵Entrevista a Alan Lukens, Washington D.C., 14.7.2005

a situação».⁶ Isto é, a «missão Lukens» inscreveu-se no início de uma tendência de aproximação entre os aliados ocidentais no contexto da transição portuguesa o que, como veremos mais adiante, foi um dos aspectos cruciais da actuação externa em Portugal na segunda metade do ano de 1975.

Sintomaticamente, após concluída a sua missão em Lisboa, Alan Lukens seguiu para as capitais alemã e inglesa onde recebeu avaliações ligeiramente distintas mas com conclusões semelhantes. Os alemães federais «não se mostraram particularmente preocupados com Portugal e esperavam o melhor, embora reconhecendo os obstáculos que o Governo Provisório tinha que ultrapassar para alcançar um regime social-democrata e pró-ocidental estável». Já os britânicos estavam «apreensivos com os desenvolvimentos portugueses, não particularmente optimistas, mas não fatalistas quanto a qualquer resultado final concreto». Porém, ambos concluíram que «o melhor era agir como se estivessem optimistas quanto aos desenvolvimentos portugueses» e, logo, «estando disponíveis para apoiar o País e as forças democráticas internas»; e os dois governos estavam ainda de acordo quanto a dois pontos essenciais: «os líderes do MFA não eram comunistas»; «as eleições iam realizar-se, ainda que podendo haver um adiamento relativamente à data inicialmente prevista».⁷

Dos contactos mantidos pela equipa do Departamento de Estado durante o período que permaneceu em Portugal assumiu particular importância o encontro entre Vítor Alves e Peter de Vos uma vez que esta era a única ligação de Washington com os líderes do MFA. E que recados Vítor Alves passou aos norte-americanos? Primeiro, que «no momento, Portugal precisava sobretudo do apoio dos Estados Unidos» e que este devia «ser expresso em termos fortes durante a visita de Costa Gomes aos EUA»; concretizando, o dirigente do MFA disse que «no presente, mais importante ainda do que auxílio material ou ajuda financeira era o firme, mas apropriadamente subtil, apoio público ao novo regime por parte do Estados Unidos». Segundo, quanto ao futuro das relações entre os dois países, o militar português afirmou que «enquanto ele tivesse qualquer coisa a dizer sobre o assunto, o Governo português procuraria manter boas relações com os EUA», acrescentando que «desejava melhorar os seus contactos com a Embaixada». Terceiro, relativamente à NATO, Vítor Alves «comentou várias vezes que a NATO era um factor-chave na estratégia de defesa de Portugal», sublinhou a «sua

⁶«Outgoing Telegram 222263, October 9, 1974. www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁷«Bonn, 16014, October 10, 1974»; «London, 13362, October 15, 1974»; «Paris, 24371, October 16, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

predilecção pela continuação de Portugal na Organização» e acrescentou que «a elevação de Costa Gomes era, a este respeito, um indicador favorável». Quarto, sobre o MFA, disse que «era uma coligação de oficiais independentes, na maioria, mas não exclusivamente, do escalão intermédio, que eram essencialmente reformistas e humanistas»; a este respeito, criticou ainda aqueles que rotulavam «o MFA de comunista». Quinto, relativamente às eleições, previu que elas se «iam realizar dentro do prazo previsto», mas acrescentou que «era preciso um longo período de tempo até que os elementos civis estivessem “preparados e capazes” de assumir o comando da Nação». Sexto, sobre o comunismo, rejeitou a ideia de que «o País estava “maduro” para uma tomada do poder pelos comunistas» e afirmou que «o líder do PCP, Cunhal, era ministro do Governo para satisfazer a necessidade de representação nominal comunista, mas exercia uma influência mínima no executivo, especialmente depois de ter perdido a sua posição de coordenador para assuntos laborais». Negou ainda «categoricamente que o Primeiro–Ministro estivesse comprometido com qualquer ideologia», descrevendo-o como «definitivamente um “esquerdista” no sentido de que era um humanista progressista desejoso de mudança», e acrescentou que «Gonçalves era incapaz de ser um comunista». Finalmente, numa das suas mensagens mais relevantes, Vítor Alves afirmou que «os principais decisores eram ele próprio, Melo Antunes e o Primeiro – Ministro».⁸

No regresso a Washington, Alan Lukens elaborou um relatório para Henry Kissinger com a sua avaliação da situação portuguesa e, paradigmaticamente, repetiu em larga medida a mensagem transmitida por Vítor Alves a Peter de Vos. Nele, começou por fazer uma análise de carácter geral com um pessimismo moderado: «A seguir aos eventos do 28 de Setembro, durante os quais o general Spínola resignou, pareceu inicialmente que o Governo português tinha virado definitivamente à esquerda. Três semanas depois, parece agora que as forças moderadas conseguiram, no mínimo, pôr um travão temporário na liderança “esquerdista”. Embora a situação continue muito fluida, a nossa melhor estimativa é que uma futura deterioração no sentido da esquerda só pode ser prevenida se Costa Gomes tiver a determinação e habilidade para galvanizar o apoio dos moderados de molde a formar uma significativa contra-força. Se ele não emergir como esse tipo de líder é provável que assistamos a mais viragens à esquerda e à possibilidade de violência».

⁸«Lisbon, 4456, October 16, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

O novo Presidente da República mereceu um especial destaque no relatório, tendo o responsável pela *desk* de Assuntos Ibéricos do Departamento de Estado dedicado um capítulo ao que intitulou de «A importância de Costa Gomes». E grande parte da esperança de uma evolução favorável do processo político português era depositada no general, para o que muito contribuíram não só as informações dadas por Vítor Alves a Peter de Vos, segundo as quais ele era «a única figura de estatura que restava com capacidade para moderar e controlar as forças em competição», como também os testemunhos recebidos de outras fontes, como por exemplo do PPD, que o apresentaram como estando «comprometido com a realização das eleições». Deste modo Lukens concluiu não existir «qualquer outra figura militar que possa emergir como líder dos moderados no curto prazo».

Em seguida, o relatório debruçou-se sobre a estrutura do poder militar e também neste campo a avaliação resultou em larga medida das informações fornecidas por Vítor Alves. Em total sintonia com o que o dirigente do MFA transmitiu a Peter de Vos, Lukens escreveu que «uma larga maioria do Movimento das Forças Armadas consiste em moderados sem ideologia definida», e acrescentou: «o poder é detido pela Comissão Coordenadora cuja liderança é personificada pelo Primeiro-Ministro Gonçalves e pelos maiores Vítor Alves e Melo Antunes, o triunvirato do Governo».

Na parte referente ao que chamou de «esfera político-civil», Alan Lukens concentrou-se em Mário Soares e no PCP. Quanto ao líder socialista a avaliação era bastante negativa: «Mário Soares usa dois chapéus, como líder do Partido Socialista e como ministro dos Negócios Estrangeiros. Infelizmente, mistura-os. Ele é considerado pelos trabalhadores do Partido Socialista como estando somente interessado em viajar pelo mundo no seu papel de ministro, ainda que se suponha que os seus contactos com os socialistas europeus ocidentais encham os cofres do seu partido. Quando regressa a Lisboa, ele mostra-se mais extremista, de modo a não perder as massas de esquerda do partido e fala de frente popular. Assim, ele perde credibilidade enquanto ministro. Contudo, ao não falar deste modo no exterior ele conseguiu manter a credibilidade com a maioria dos social-democratas europeus ocidentais». Mas a maior fatia da atenção foi naturalmente para o PCP e, embora começando por sublinhar que «as fontes foram unânimes em dizer que o Partido Comunista não representa mais do que 15 a 20% do eleitorado», Lukens deu grande importância à capacidade que os comunistas demonstraram ao liderar as barricadas populares que impediram a manifestação da «maioria silenciosa», escrevendo que a sua actuação «durante a crise de 28-29 de

Setembro intimidou em certa medida quer os outros partidos políticos, quer os militares», sendo que «nenhum Governo pode ignorar a capacidade de mobilizar a população para barricadas nas ruas». E, a partir deste facto, concluiu de modo particularmente relevante que o Partido Comunista podia «ter já o poder de impedir a ascensão ao poder de qualquer outro partido, através da ameaça ou do uso efectivo da violência física», e que «sem uma inversão militar do presente curso» ele ia «continuar a fazer parte do Governo, ou directamente, ou através da sua presença entre a liderança militar».⁹

Todavia a parte mais importante do relatório residia naquilo que ele não dizia na sua versão final mas que constava do original, como sejam as suas recomendações, suprimidas pelos funcionários do Departamento de Estado de modo a adaptar o documento à visão de Henry Kissinger. Isso mesmo foi denunciado numa carta enviada por Alan Lukens a Stuart Nash Scott onde revelou que durante a viagem de regresso a Washington escreveu as suas recomendações, mas que elas «foram infelizmente removidas do relatório antes de chegarem ao topo». E o responsável pelos Assuntos Ibéricos acrescentou ainda nesta correspondência que, tal como «a Embaixada tinha vindo a propor», defendeu a concessão de ajuda a Portugal, mas esta referência foi «cortada» da versão final, «bem como a simples menção a pequenos gestos de amizade»; já a sugestão de levantamento do embargo de armas «foi imediatamente rejeitada com o argumento de que o Secretário de Estado não iria querer oferecer fosse o que fosse aos portugueses».¹⁰

Não obstante, a «missão Lukens» produziu dois resultados primordiais: contribuiu para a substituição da equipa da Embaixada norte-americana em Lisboa ao reforçar as sugestões feitas por Vernon Walters pouco tempo antes;¹¹ conduziu o governo dos EUA a aceitar receber Costa Gomes, considerado no relatório como a personalidade-chave na evolução da situação portuguesa.

2. Costa Gomes e Mário Soares pressionados em Washington

A viagem de Costa Gomes e Mário Soares aos Estados Unidos surgiu no contexto da participação do primeiro na Assembleia-Geral da ONU, onde interveio no

⁹«Special Mission to Portugal», relatório elaborado por Alan Lukens para o Departamento de Estado, 17 de Outubro de 1974. Arquivo particular de Alan Lukens

¹⁰Carta de Alan Lukens a Stuart Nash Scott, 23 de Outubro de 1974. Arquivo particular de Alan Lukens

¹¹Afirmou Alan Lukens a este respeito: «parte do relatório serviu para sugerir a Arthur Hartman, que era o Secretário de Estado Adjunto, que precisávamos de uma nova equipa na Embaixada para lidar com a situação em Portugal». Entrevista a Alan Lukens, Washington D.C., 14.7.2005.

dia 17 de Outubro; porém, acabou por ficar marcada pela audiência com Gerald Ford e pelo almoço com Henry Kissinger no Departamento de Estado, ambos aproveitados pelos dirigentes norte-americanos para pressionarem os portugueses, muito em especial na questão do crescente poder do PCP no País.

Na realidade, os encontros foram dominados pelo pessimismo predominante em Washington relativamente a Portugal no pós-28 de Setembro, facto que ficou expresso desde logo no memorando elaborado pelo Secretário de Estado para o Presidente justamente com o intuito de prepará-lo para o evento. Nele, a primeira linha de preocupação foi para a posição do MFA pois, «contrariamente às garantias do Governo português de que apenas as personalidades mudaram», a crise «contribuiu para fortalecer os jovens oficiais do Movimento das Forças Armadas descritos como “marxistas autodidactas”, defensores da retirada da NATO e de uma política externa não-alinhada». Mas para Henry Kissinger «o mais perturbante» era mesmo a «exagerada influência do partido comunista e dos “marxistas sem partido” na vida política portuguesa» que «controlavam a comunicação social e uma parte substancial do movimento sindical»; além disso, era «especialmente inquietante o surgimento de brigadas “esquerdistas” liderando as barricadas das estradas e desempenhando em geral a função da polícia durante as crises políticas de Setembro».

Apesar do tom claramente pessimista da análise elaborada pelo Secretário de Estado havia ainda uma ambivalência na posição do governo norte-americano quanto ao resultado final do processo político português. Por um lado, tendo por base as «informações limitadas», acreditava-se que os desenvolvimentos políticos em Portugal estavam «num estado altamente fluido e ainda susceptíveis de influência norte-americana», uma vez que «o controlo dos esquerdistas sobre os eventos» estava «seguramente a aumentar», mas não era «de forma alguma completo», sendo as «eleições marcadas para o fim de Março a chave para os desenvolvimentos futuros». Por outro lado, pensava-se que «mesmo com as eleições, uma tomada do poder pelos comunistas ou uma coligação comunista-socialista (a qual, segundo se diz, alguns socialistas apoiam) não podiam ser excluídas»; e mesmo a hipótese de «as eleições não se realizarem» era equacionada, receando-se neste caso que o País resvalasse «para uma ditadura militar de orientação marxista».

Grande parte do que restava de esperança num resultado favorável residia em Costa Gomes, descrito por Kissinger como «politicamente moderado». Isto porque havia informações sobre «o enorme poder» no novo Presidente de República e a

possibilidade deste «fazer frente ao MFA»; porém, o responsável pela política externa dos Estados Unidos via o general mais como «um seguidor perspicaz do que um verdadeiro líder».

Neste memorando para Gerald Ford, o Secretário de Estado enumerou ainda os assuntos a abordar durante o encontro entre os dois presidentes na Casa Branca, sendo o seu conteúdo revelador da mensagem que os EUA pretendiam transmitir a Portugal. No documento, Ford foi aconselhado a concentrar-se sobretudo nas consequências do 28 de Setembro, devendo afirmar estar «preocupado com os indícios de que a orientação política em Portugal continuava a deslocar-se para a esquerda» e revelar ter recebido «relatórios segundo os quais não eram permitidas as mesmas liberdades de expressão e reunião a todos os grupos políticos democráticos, por exemplo como as permitidas aos comunistas». Sobre o PCP, o Presidente norte-americano devia ainda alertar para o facto de que este «seguramente não desejava ver uma democracia em Portugal» e que lhe tinha «sido permitido» adquirir «uma posição dominante na imprensa, na rádio e na televisão, bem como o controlo do movimento laboral», detendo ainda «posições no Governo». Por tudo isto, o líder máximo dos Estados Unidos tinha de deixar claro que, embora «compreendendo as razões do pedido português de assistência económica», «não podia solicitar ao Congresso tal programa de ajuda a não ser que as políticas portuguesas no período imediatamente subsequente demonstrassem claramente que a democracia em Portugal e uma orientação externa pró-ocidental não estavam ameaçadas».

Todavia, dentro da ambivalência que ainda existia na percepção norte-americana relativamente ao futuro do País e dada a recomendação de Kissinger de que a «atitude face a Costa Gomes não podia ser inteiramente negativa» uma vez que ele era «a voz da moderação», Ford devia ainda aproveitar o seu encontro com o Presidente português para dar a entender que «podia oferecer alguma cooperação modesta» dependendo «da avaliação dos desenvolvimentos futuros». Em concreto, os EUA podiam «estar preparados para adoptar um relacionamento de cooperação alargada com Portugal», nomeadamente nas «áreas não dependentes da aprovação do Congresso», tais como «a educação, a saúde, a energia, a agricultura, os transportes e as comunicações». Ou seja: «os Estados Unidos estavam prontos para trabalhar de forma estreita e cooperante de modo ajudar o País» caso este «escolhesse o caminho da Aliança Atlântica, baseado nos princípios da democracia, da liberdade individual e do Estado de direito»; mas se Lisboa optasse por seguir o caminho oposto, «mantendo os

comunistas no Governo e seguindo políticas dominadas pelos comunistas», então «não havia qualquer estrutura dentro da qual os EUA podiam apoiar Portugal».¹²

O encontro entre Gerald Ford e Costa Gomes na Casa Branca foi formalmente o ponto alto da visita dos dirigentes portugueses aos Estados Unidos e, tal como recomendado no memorando do Secretário de Estado para o Presidente, acabou por ser dominado pelas consequências do 28 de Setembro e pela crescente influência do PCP no País.

Consciente das principais preocupações americanas, Costa Gomes esforçou-se desde o início por dar garantias ao seu homólogo. Deste modo, após confessar a sua «especial admiração» pelos Estados Unidos e recordar os dois anos que passou em Norfolk, explicou por sua própria iniciativa que o 28 de Setembro foi «uma reacção de uma parte dos partidos de direita» e que, apesar de «toda a imprensa, incluindo a americana», ter concluído que o executivo português virou à esquerda», podia garantir que «o Governo Provisório, o Presidente e as Forças Armadas» estavam todos «empenhados» no Programa do MFA que previa «uma democracia plena e liberdade para todos»; de resto, a transição da presidência Spínola para a sua tinha sido feita «sem distúrbios» e o novo Governo era mesmo «mais estável». Já quanto à força do PCP em Portugal, apesar deste ter emergido da revolução como o «único partido com uma estrutura organizada» e do seu «grande controlo no sector industrial, especialmente à volta de Lisboa e do Porto», muito do seu poder tinha sido empolado «pelas forças da reacção na tentativa de restaurar o anterior regime» pois, não só o povo português tinha «um forte sentimento anti-comunista», como «a esmagadora maioria da população» vivia no Norte onde «a influência comunista era nula».

Todavia, as explicações de Costa Gomes não removeram os receios das autoridades americanas sobre a influência do PCP em Portugal, sobretudo devido aos seus possíveis reflexos ao nível da organização de defesa do Atlântico. De resto, a mensagem de Ford a este respeito foi muito directa: os Estados Unidos pensavam que era «importante a coesão da NATO», estavam «muito preocupados com a influência comunista em qualquer Estado membro» e não podiam «aceitar comunistas dentro da própria NATO».

Este era o principal recado que Washington pretendia transmitir a Lisboa. Percebendo isso mesmo, Costa Gomes empenhou-se novamente em tranquilizar os

¹²«Memorandum from Henry A. Kissinger to the Presidente», October 18, 1974, GFL, PCF, Caixa 10

norte-americanos dizendo categoricamente que esse receio era «injustificado» e que a contribuição portuguesa para a Organização podia mesmo aumentar após se completar a descolonização se os Estados membros ajudassem «com equipamento»; aliás, ele próprio era a melhor garantia disso mesmo pois estava «muito familiarizado com a NATO» com a qual trabalhava desde 1951.

Para o Presidente português a questão principal residia no problema económico, que era «muito sério» e podia mesmo «levar à vitória da extrema-direita ou da extrema-esquerda», mas para o ultrapassar «Portugal precisava de ajuda»; em sua opinião, a resolução da crise económica permitia superar as dificuldades políticas, conseguindo então o País implementar o Programa do MFA e «realizar as eleições em Março», nas quais os comunistas» não iam ter a força que muitos recebavam.

Uma vez mais a resposta de Ford foi clara e directa. Os EUA queriam ajudar, mas o Congresso e a Casa Branca tinham de ter «garantias da parte de Portugal» de que continuava «na mesma equipa» onde estava desde 1951 e que não iria «noutra direcção, para outra Aliança».¹³

A seguir a este encontro com o Presidente dos Estados Unidos, Costa Gomes e Mário Soares almoçaram com Henry Kissinger no Departamento de Estado, momento que acabou por marcar a visita dos dois dirigentes portugueses a Washington dado não só o tom «muito duro» usado pelo Secretário de Estado durante a conversa, como também pela sua célebre sugestão de que Soares podia ser o Kerensky português.¹⁴

O diálogo então havido ficou registado num documento elaborado por Alan Lukens, que esteve presente na reunião justamente com a função de anotar as várias intervenções, pelo que é possível relatar as partes mais relevantes do seu conteúdo.

Kissinger começou por afirmar que estava ainda a tentar perceber o que se passava em Portugal, mas adiantou logo em seguida encontrar-se «preocupado com os jovens oficiais» que «não temiam devidamente os comunistas» e podiam ser «gradualmente controlados» por aqueles. Sublinhou que «os seus amigos, como

¹³«Memorandum of Conversation», October 18, 1974, GFL, National Security Advisor File (doravante referido por NSA), Caixa 6

¹⁴Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit, p.20. Scott escreveu que «o almoço foi muito duro», tendo Kissinger afirmado categoricamente que «os Estados Unidos não iam tolerar um comunista no Governo português». No mesmo sentido vai o testemunho de João Hall Themido: «(...)as críticas mais vivas incidiram sobre a actuação de brigadas populares armadas, integradas por civis e militares, que haviam fiscalizado as estradas portuguesas e em especial os acessos a Lisboa. Kissinger recordou a revolução soviética de Outubro de 1917, em que brigadas idênticas tiveram um papel decisivo na intimidação da população e entraram para a história», João Hall Themido, *Dez Anos e Washington...*, ob. cit. p.197

Soares», estavam «do lado certo», mas «os socialistas não tinham verdadeiramente o controlo da situação e os elementos de esquerda estavam a tomar conta do poder». Apontou ainda o problema com os comunistas em França, Itália, Grécia e em outros lugares; «não podia separar a situação portuguesa do restante contexto» pois, quando comunistas detinham «posições-chave em países da NATO, todo o carácter da organização ficava alterado». Disse então que se lidasse com um Portugal democrático e empenhado na descolonização» ia considerar, dentro dos limites, «um programa de ajuda sério», mas se os EUA lidassem com um Governo “esquerdista” a situação seria «completamente diferente».

Mário Soares respondeu que também estava «muito preocupado com os comunistas», mas que aqueles «não controlavam o poder» e «o exército não tinha sido infiltrado»; o PCP «não ia ser bem sucedido em Portugal sem o apoio de Moscovo». Interrompendo, Kissinger replicou que sentia que o Partido Comunista Português era «muito próximo de Moscovo», mais do que qualquer outro na Europa, questionando ainda se ele estava a receber dinheiro da URSS.

Tal como havia feito com Gerald Ford, Costa Gomes procurou desvalorizar a preocupação americana com Álvaro Cunhal, defendendo uma vez mais que a melhor solução para o problema era o auxílio económico ao País e, numa afirmação curiosa, acrescentou que deviam ser «os Estados Unidos e não a Europa Ocidental a ajudarem Portugal». Interrompendo uma vez mais, Kissinger objectou que «os acontecimentos de 28 de Setembro mudaram toda a realidade» e era agora «muito mais difícil para a América apoiar os portugueses». O Presidente da República empenhou-se então em explicar os eventos do 28 de Setembro que até eram «fáceis de entender» se se «compreendesse Spínola»; este era «apenas um militar» e «não conseguia entender que o problema era político e não militar». Já para Mário Soares a questão era diferente e mais complexa pois com o 28 de Setembro o Partido Comunista começou «a mostrar a sua força».

A questão da participação do PCP no contexto da crise que conduziu à demissão de Spínola acabou por dominar o encontro e determinar a atitude do Secretário de Estado. Isto porque, confrontado com a observação de Kissinger de que «tinha sido permitido aos comunistas controlar a mobilização popular», Costa Gomes não só negou esse facto evidente como afirmou que as “brigadas populares” que cortaram o acesso a Lisboa foram antes «postos de controlo montados pelos socialistas e pelo PPD». A

resposta do dirigente norte-americano foi significativa: - «não vi Soares nos postos de controlo».

A partir deste momento Kissinger tomou conta do diálogo. Começando por afirmar que não tinha dúvidas quanto à convicção e sinceridade de Costa Gomes, prosseguiu dizendo que o 28 de Setembro «pôs em curso uma série de movimentos» que «transformaram os comunistas na força dominante», podendo essa tendência ser «agravada» pela ideia de que era «compatível Portugal receber ajuda soviética e dos Estados Unidos», facto «inaceitável» que podia «destruir a NATO». E de modo muito directo afirmou que, apesar da política interna de Lisboa não dizer respeito aos EUA, «não podia aceitar um Governo com a participação de comunistas», sendo mesmo «irrelevante» saber se «havia socialistas ou democratas-cristãos ou quaisquer outros enquanto os comunistas estivessem no executivo».

Costa Gomes respondeu que só se podia lidar com o problema colocado pelo PCP se as coisas piorassem, de outro modo não havia um verdadeiro problema; já Mário Soares disse que «os socialistas não pretendiam tornar-se comunistas»; o Secretário de Estado replicou então, numa expressão que ficou célebre: - «Kerensky também não queria».

Mas dentro da ambivalência definida no memorando atrás referido, Kissinger esforçou-se no final do almoço por transmitir uma imagem de apoio ao Presidente da República. Deste modo, fez questão de sublinhar que não tinha qualquer problema com Costa Gomes e perguntou-lhe «o que podiam os Estados Unidos fazer para ajudar». Para o chefe de Estado português os americanos «deviam auxiliar Portugal a resolver a crise económica» pois, se ajudassem a combater a inflação no País, «o Partido Comunista não tinha qualquer chance».

O responsável pela política externa americana sugeriu então o início de conversações entre técnicos dos dois países em diversos sectores – essencialmente económico e militar – de modo a avaliar o que podia ser feito, mas advertiu que «não estava a prometer nenhuma ajuda» e que a questão «tinha de ser reavaliada dentro de algumas semanas». E, virando-se para Soares, recordou que eles tinham conversado sobre esse assunto no encontro anterior e que essa era uma forma de transmitir que a visita havia permitido alguns progressos.

Num último comentário importante, Costa Gomes precisou que «a ajuda técnica era o mais importante» e «não concordava com apoio militar».¹⁵

Podemos verificar através do conteúdo deste documento original que Kissinger foi claro ao transmitir aos dirigentes portugueses a posição da Administração Ford para o País no pós-28 de Setembro. E esta era dominada pela questão do crescente poder do PCP em Portugal, percepção em larga medida ampliada pelas informações recebidas em Washington sobre o papel desempenhado pelo partido de Álvaro Cunhal nas barricadas populares erguidas nos acessos a Lisboa nas vésperas da realização da manifestação da «maioria silenciosa»; isto para além das notícias do progressivo controlo dos comunistas sobre o MFA, sobre a comunicação social, sobre o movimento sindical e mesmo sobre o Governo Provisório. Dado o perigo de contágio desta situação a outros países da Europa do Sul e o seu impacto na NATO, os EUA recusavam quaisquer apoios a Portugal enquanto este cenário se mantivesse; não obstante, em simultâneo, davam a entender que, caso esta tendência se invertesse, estavam disponíveis para conceder auxílio económico, decidindo mesmo enviar a Lisboa uma equipa de especialistas da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) com o intuito de encetar contactos técnicos destinados a avaliar a possibilidade de adopção de um programa de cooperação entre os dois executivos.

De facto, apenas cinco dias após a visita de Costa Gomes e Mário Soares a Washington, o Departamento de Estado enviou um telegrama a Stuart Nash Scott instruindo-o para falar com o ministro dos Negócios Estrangeiros português e transmitir-lhe que o Secretário de Estado sugeria «o início de conversações técnicas» destinadas a «demonstrar o interesse dos Estados Unidos por Portugal»; porém, não devia fazer «nenhuma promessa» até haver mais informação «sobre o desenrolar dos acontecimentos políticos, em geral, e a atitude da comunicação social, em particular», e tinha de deixar claro que as conversações «eram apenas exploratórias e de recolha de informação, não conduzindo necessariamente a um programa de auxílio económico».¹⁶

A equipa prometida por Henry Kissinger chegou a Lisboa a 7 de Novembro rodeada das maiores cautelas quanto ao significado da sua missão. Desde logo, ao ser composta quase exclusivamente por especialistas da AID – Glenn Patterson e Eric Griffel – o que pretendia servir como mais um sinal de que a sua função era meramente

¹⁵Notas do almoço entre Kissinger, Costa Gomes e Mário Soares no Departamento de Estado, 18 de Outubro de 1974. Arquivo particular de Alan Lukens

¹⁶«Outgoing Telegram, 233021, October 23, 1974. www.archives.gov/aad/series-description.jsp

consultiva, mas também pelas instruções dadas aos seus elementos para «deixarem claro aos portugueses que a sua presença não envolvia qualquer compromisso de que um programa de ajuda estava para ser aprovado».¹⁷ Contudo, a inclusão de um elemento do Departamento de Estado na comitiva - Alan Lukens – dotou-a de um alcance político superior ao pretendido inicialmente.

Na realidade, a presença do responsável pelos Assuntos Ibéricos em Portugal foi aproveitada pelas autoridades nacionais para transmitirem importantes recados ao governo norte-americano, sendo neste plano especialmente importante o encontro com o então chefe de gabinete de Costa Gomes, tenente-coronel Ferreira de Cunha. Isto porque o militar português entregou a Alan Lukens uma cópia da proposta de acordo entre Portugal e a URSS assinada em Moscovo por ocasião da visita de Álvaro Cunhal. Tratava-se de um Pacto de amizade, cultural, de cooperação marítima e comercial que, no seu aspecto mais relevante, e segundo as explicações dadas por Ferreira da Cunha, «significava que a esquadra soviética podia começar a utilizar os portos portugueses e que estava projectada uma cooperação entre as frotas mercantes dos dois países». Igualmente importante para o chefe de gabinete do Presidente da República, eram os «acordos culturais referentes à troca de cientistas e, em particular, à necessidade de pesquisa na área metalúrgica»; neste último campo, «os acordos diziam expressamente que as pirites portuguesas iam ser exportadas para a URSS». Finalmente, havia «cláusulas para o incremento da cooperação na aviação civil e uma secção sobre habitação urbana e turismo, prevendo a vinda de especialistas soviéticos a Lisboa». Para além da importância do pacto *per se*, havia outro aspecto significativo neste episódio: a tentativa de Ferreira da Cunha, ou provavelmente de Costa Gomes através dele, de equilibrar os avanços do PCP junto da URSS, pressionando uma vez mais os EUA a apoiar economicamente Portugal. Nesse sentido, o militar comentou que «o Governo português estava impressionado com a rapidez de actuação dos soviéticos» e expressou o seu «desejo de que o executivo dos Estados Unidos actuasse de modo igualmente rápido para ajudar o novo Portugal», acrescentando que esse «era igualmente o desejo de Costa Gomes». Percebendo a intenção subjacente a esta observação, Alan Lukes «advertiu que era contra a política do seu país entrar naquele tipo de competição», acrescentando que «a abordagem do Governo dos Estados Unidos a um possível apoio a Portugal dependia de muitos factores importantes e que aquele

¹⁷Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit, p.22

não seria, nem podia ser, pressionado a fazer contra-ofertas por causa das táticas soviéticas»; e recordou que «Portugal ainda era membro da NATO e não era habitual entre os países da NATO ter de competir com as ofertas soviéticas». Ferreira da Cunha «deixou claro que iria entregar esta mensagem a Costa Gomes» e, concluindo com outro recado relevante a Washington, «expressou interesse em manter um canal de informação directo, observando que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e outras possíveis ligações aos americanos não eram de confiança por causa da infiltração comunista».¹⁸

Para além deste momento politicamente significativo, a missão não produziu resultados relevantes no imediato; porém, ela permitiu o início de um conjunto de contactos que se traduziram na aprovação em Dezembro do programa de ajuda económica e cooperação técnica entre os dois países cuja implementação foi inaugurada pouco tempo após a chegada de Frank Carlucci a Lisboa, constituindo uma «ferramenta de trabalho» para o novo Embaixador.¹⁹ De resto, os membros da equipa da AID defenderam junto do seu governo a concessão de assistência a Portugal, podendo esta revestir-se de várias formas, tais como «apoios na área da habitação, oferta de serviços de consultadoria e cooperação técnica e financiamento dos projectos de modernização económica» e acrescentaram no seu parecer que «a responsabilidade por próximos passos destinados a determinar a natureza da relação económica estava do lado norte-americano».²⁰

3.EUA forçam afastamento de Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO

Apesar do sinal positivo inscrito no início das conversações técnicas entre Portugal e os EUA, o período imediatamente subsequente foi dominado pela pressão exercida por Washington no sentido de excluir Lisboa do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO (NPG).

A questão do NPG foi colocada porque estava marcada para 7 de Novembro uma reunião deste grupo para Roma com a participação dos portugueses. Ora, na óptica da Administração Ford impunha-se fazer todos os possíveis para evitar que Portugal – com um Governo onde se incluíam elementos comunistas – tivesse acesso às matérias

¹⁸«Lisbon, 5000, November 15, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

¹⁹Ver ponto 5

²⁰«Lisbon, 5044, November 19, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

de natureza nuclear. Tratava-se essencialmente de um problema de segurança, mas, colateralmente, funcionava como mais uma forma de pressão sobre a evolução do processo político do País.

A 22 de Outubro o assunto foi discutido na reunião de Henry Kissinger com o seu *staff* do Departamento de Estado:

«Secretary Kissinger: - Qual é o outro assunto?

Mr.Hartman: - O Grupo de Planeamento Nuclear e os portugueses.

Secretary kissinger: - Sou contra a participação dos portugueses.

(...)

Mr. Hartman: - Se eles simplesmente se retirarem não penso que haverá um problema. Se eles se recusarem a retirar (...) a minha recomendação é alterar a reunião para Bruxelas e adiá-la.

Secretary Kissinger: - Não quero saber. Mas não vejo como podemos ter um Governo com comunistas como parte do Grupo de Planeamento Nuclear.

Mr. Hartman: - Quando colocamos a questão de que eles não devem participar todos [os europeus] concordam. Mas alguns deles adoptam uma atitude fria e dizem: “porque não adiamos a reunião até depois das eleições portuguesas?” Nós não estamos sequer seguros sobre quando as eleições se vão realizar. E penso que temos que ir para a frente com a reunião e fazê-la em Bruxelas, caso os italianos não queiram tê-la em Roma».²¹

A atestar a importância atribuída pelos Estados Unidos à questão, apenas dois dias depois desta discussão Kissinger escreveu ao ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, a solicitar o seu apoio para o adiamento da reunião do NPG marcada para Roma. Logo no início da carta, o responsável pela política externa norte-americana explicou que a sua «preocupação relativamente à participação dos portugueses no Grupo de Planeamento Nuclear» transcendia «a questão da protecção da informação de segurança da NATO», encontrando-se no topo das suas preocupações «o facto de se poder enfrentar uma situação em Portugal onde os elementos comunistas adquiram o controlo da situação». O Secretário de Estado prosseguiu revelando que durante o encontro com Costa Gomes em Washington tinha deixado claro que se fosse «permitido aos comunistas ocuparem posições-chave nos governos de países membros da NATO» o carácter da Aliança Atlântica ia ficar «profundamente alterado», acrescentando que fê-lo convicto de que os líderes

²¹«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», October 22, 1974, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 4

portugueses não podiam ser encorajados a pensar que os EUA e os europeus aceitavam a presença do PCP no executivo uma vez que tal conduziria a «um processo erosivo» no qual «outros aliados com minorias comunistas substanciais no seus países» tenderiam a «incluir-los igualmente nos seus governos». Em seguida, Kissinger procurou explicar a política dos Estados Unidos para Portugal referindo que aquela se baseava na premissa central de que se devia «desencorajar activamente a sua liderança de assumir que podia manter os comunistas no governo sem incorrer em certas penalidades», mas, simultaneamente, devia-se «incentivar os portugueses não só a adoptar os passos necessários para permitir a continuação do seu alinhamento com os aliados da NATO, como também a procurar junto dos seus amigos tradicionais, incluindo os EUA, apoio para fazer face às suas necessidades de auxílio». E o Secretário de Estado norte-americano concluiu solicitando a Genscher que revisse a posição do seu governo relativamente à reunião no NPG agendada para Novembro, o que deixava perceber a existência de divergência entre Washington e Bonn nesta matéria, e apoiasse o adiamento daquela a fim de «preservar a integridade da NATO e assegurar a sua continuidade».²²

Para além da referida ligação entre o assunto da participação portuguesa no Grupo de Planeamento Nuclear e a questão da posição do PCP em Portugal, esta carta revela-nos ainda dois dados importantes. Em primeiro lugar, Kissinger enuncia a Genscher a política americana para Lisboa nesta fase da transição democrática: penalidades em caso de continuação dos comunistas no Governo Provisório; assistência se o País adoptar os passos necessários à continuação do seu alinhamento com o bloco ocidental (leia-se, afastamento de Álvaro Cunhal do executivo). Em segundo lugar, o articulado permite perceber as diferenças entre as abordagens dos EUA e da RFA relativamente a Portugal e ao modo como lidar com a sua participação no NPG.

Mas os esforços do Secretário de Estado relativamente a este assunto não se ficaram pela acção diplomática junto dos aliados europeus. No dia 28 de Outubro enviou uma mensagem oral a Costa Gomes, através da Embaixada em Lisboa, pedindo-lhe que se retirasse por sua iniciativa do Grupo de Planeamento Nuclear. Nela recordou uma vez mais a conversa de ambos em Washington e o «modo franco» como havia exposto a sua «preocupação com a presença de comunistas no governo português», bem como com a possibilidade de «os elementos totalitários adquirirem o controlo em

²²«Outgoing Telegram, 234483, October 24, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Portugal», sendo que ambas as hipóteses podiam ter «profundas consequências em outros países aliados» e «alterar o carácter da NATO». Em seguida, invocando o estatuto militar de Costa Gomes e a sua «consciência da natureza altamente classificada das questões discutidas no NPG», sublinhou que a presença de Álvaro Cunhal no conselho de ministros punha «seriamente em questão a capacidade de Portugal proteger as informações do Grupo de Planeamento Nuclear», o que podia «ter consequências adversas para a segurança de toda a Aliança ocidental». De resto, prosseguiu Kissinger, tinha sido recentemente levado a cabo um inquérito justamente sobre a segurança da NATO cujas conclusões iam no sentido de recomendar que Lisboa não participasse nas actividades do NPG nem tivesse «acesso a documentos relativos ao arsenal atómico», facto que levou os Estados Unidos a associarem-se à «ideia de alguns aliados de adiar a reunião ministerial daquele Grupo agendada para Novembro». Todavia, como o protelamento não resolvia a questão de fundo, o Secretário de Estado concluiu solicitando a intervenção directa de Costa Gomes para a solução do problema: «peço-lhe que considere pessoalmente o assunto e instrua o Embaixador Freitas Cruz para indicar aos representantes aliados na NATO que Portugal não vai participar nas actividades do Grupo de Planeamento Nuclear no presente momento. Acredito que vai concordar que, uma vez que as actividades do NPG têm de continuar e dada a importância para a segurança da Aliança de que a transmissão de informação tão sensível esteja completamente protegida, Portugal deve retirar-se».²³

Confrontado por Stuart Nash Scott com a mensagem oral de Henry Kissinger, Costa Gomes mostrou não só compreender os receios do governo dos EUA, como aceitou que Portugal se retirasse do NPG. Segundo a informação enviada pelo Embaixador para o Departamento de Estado, o Presidente português afirmou que «tendo em conta a preocupação do Secretário de Estado e de modo a não causar embaraços “aos nossos amigos americanos” e a outros membros da NATO ia dar instruções ao Embaixador Freitas Cruz para retirar Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear e de quaisquer actividades com ele relacionadas».²⁴ Ou seja, Costa Gomes decidiu que o País se devia retirar por sua iniciativa do Grupo de Planeamento Nuclear da organização de defesa do Ocidente; todavia tal resultou da pressão exercida por Kissinger.

²³ «Outgoing Telegram, 237034, October 24, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

²⁴ «Lisbon, 4725, November 2, 1974» GFL, PCF, Caixa 11

4. O Ocidente visita Portugal

A ambivalência aparente da acção dos Estados Unidos nesta fase da transição portuguesa, combinando sinais positivos, como o início das conversações técnicas com vista a um possível auxílio ao País, com a pressão diplomática no contexto da visita de Costa Gomes e Mário Soares a Washington e no caso da participação de Lisboa no NPG, era justificada pelas dúvidas que ainda existiam em diversos sectores da estrutura do poder norte-americano sobre o processo político em curso.

Apesar do seu enorme pessimismo expresso em diversas ocasiões após o 28 de Setembro, o próprio Henry Kissinger procurou influenciar uma evolução favorável dos acontecimentos pois, como ele escreveu no seu memorando para Gerald Ford por ocasião da visita do Presidente da República e do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal aos EUA, os desenvolvimentos políticos estavam «num estado altamente fluido e ainda susceptíveis de influência norte-americana».²⁵

Neste sentido, a 16 de Novembro de 1974, o Secretário de Estado nomeou formalmente Frank Carlucci para o cargo de Embaixador em Portugal, uma decisão que acabou por ter a prazo uma importância definitiva para o resultado final da transição portuguesa dado o papel desempenhado por este no apoio às forças democráticas. Ao substituir Scott por Carlucci, um diplomata com larga experiência em situações revolucionárias, Kissinger tinha a intenção óbvia de tentar reverter o curso dos acontecimentos em Portugal, isto é, de combater o avanço do PCP. Isso mesmo ficou claro nas poucas instruções dadas ao Embaixador: «deter o avanço dos comunistas e preservar a integridade da NATO».²⁶

Com a mesma intenção se processou a visita de Edward Kennedy ao País, uma iniciativa de Mário Soares que contou com o apoio de Henry Kissinger. Poucos dias antes da sua partida para Lisboa, onde chegou a 19 de Novembro, o Senador telefonou ao Secretário de Estado para lhe comunicar que equacionava visitar Portugal, tendo a conversa decorrido de modo significativo:

«Kennedy: - Estava a pensar ir a Portugal. Primeiro fui aconselhado a não ir, mas nas últimas 36 horas Art [Hartman] disse que isso ia ser muito útil».

²⁵«Memorandum from Henry A. Kissinger to the Presidente», October 18, 1974, GFL, PCF, Caixa 10

²⁶Entrevista Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004. Sobre a larga experiência de Frank Carlucci em situações revolucionária refira-se que ele tinha servido nas Embaixadas do Congo, durante a guerra civil dos anos 1960, do Zanzibar, por ocasião da revolução que levou à sua unificação na Tanzânia, e no Brasil.

Henry A. Kissinger: - Penso que será... particularmente se conseguir obter uma frente não comunista.

Kennedy: - Sei que [Irving] Brown está lá agora e provavelmente você tem recebido informações...

Henry Kissinger: - Penso que pode ajudar muito lá, dizendo-lhes que se derem aos comunistas um papel dominante tudo o resto é irrelevante

(...)

Kennedy: - Irei logo após as eleições. Eles tem estado a pressionar-me, mas eu tenho adiado.

Henry Kissinger: - Se me tivesse perguntado há pouco tempo atrás, teria estado relutante, mas depois de ter falado com Costa Gomes penso de forma diferente. Ele tem tentado manter em aberto uma opção democrática e nós temos de evitar que se torne num Kerensky».²⁷

Era assim claro o objectivo das autoridades norte-americanas no contexto da visita do Senador a Portugal: apoiar as forças internas não comunistas. De resto, o convite partiu de Mário Soares que escreveu numa carta dirigida a Edward Kennedy tão cedo quanto 27 de Junho: «Li com muita satisfação as suas amáveis palavras no Senado de grande compreensão e encorajamento pela presente situação portuguesa, nomeadamente as referentes ao processo de descolonização nos territórios africanos de Portugal. Aproveito a oportunidade para convidá-lo a visitar Portugal, tão cedo quanto possa, como meu convidado especial (...)».²⁸

Indo ao encontro dos desejos expressos por vários dirigentes nacionais com quem se encontrou em Lisboa, em especial Costa Gomes, Mário Soares e Vítor Alves, pouco tempo após o seu regresso a Washington o Senador resolveu actuar no sentido de fazer aprovar no Congresso um pacote de ajuda económica a Portugal. O mote foi dado logo no início de Dezembro num discurso na Universidade de Connecticut onde declarou que «os EUA deveriam auxiliar Portugal e os territórios africanos de língua portuguesa através de um empréstimo de 50 milhões de dólares a dividir em partes iguais», acrescentando que «este auxílio demonstraria o interesse americano com a sobrevivência da democracia» em Portugal e nas suas antigas colónias.²⁹

²⁷Kissinger's Telecons, October 22, 1974. <http://foia.state.gov/searchcolls/collsearch.asp>

²⁸AHD, PEA, 27 de Junho de 1974

²⁹AHD, PEA-EEA, n°754, 4 de Dezembro de 1974

Na sequência deste discurso, Kennedy introduziu no Congresso uma emenda à lei de auxílio ao estrangeiro que incluiu não só os referidos 50 milhões de dólares em empréstimos como mais 5 milhões em donativos para assistência técnica. No texto apresentado aos seus pares, o Senador justificou este apoio como um «louvor ao novo Governo em Portugal pelos seus esforços relativos à independência das colónias africanas» e no âmbito da «política dos Estados Unidos de ajuda à experiência democrática em Portugal e ao desenvolvimento das nações emergentes em África».³⁰

Como é habitual no processo legislativo norte-americano, e uma vez que é necessária a aprovação da Câmara dos Representantes, a proposta de Kennedy foi discutida numa conferência das duas Câmaras do Congresso que votou favoravelmente o empréstimo a Portugal, ainda que reduzindo o montante final para 20 milhões de dólares, bem como os 5 milhões em donativos. Adicionalmente, decidiu que a ajuda se destinava apenas a Portugal Metropolitano, não incluindo os territórios ultramarinos».³¹

Menos de dez dias após o regresso de Edward Kennedy a Washington foi a vez de dois importantes dirigentes sindicais norte-americanos visitarem Portugal. Tratou-se de Leonard Woodcock e Herman Rebhan, presidentes de dois dos maiores sindicatos dos EUA, respectivamente da *United Auto Workers* e da *International Metal Workers Federation* (IMF), que vieram a Lisboa a convite de Mário Soares, enquanto líder do Partido Socialista, com um objectivo claro: «apoiar a organização de um sindicato não comunista».³²

Apesar de terem permanecido no País apenas entre 28 de Novembro e 1 de Dezembro, Woodcock e Rebhan encontraram-se com vários dirigentes portugueses ligados ao mundo do trabalho, especialmente do PS com destaque para Marcelo Curto, e com membros do Governo, incluindo o ministro do trabalho Costa Martins, tendo aproveitado a oportunidade para se inteirarem *in loco* da situação em Portugal nesta área fundamental e de ampla penetração comunista.

De resto, nas vésperas desta visita, Stuart Nash Scott enviou um telegrama para Washington a relatar a existência de um conflito interno em torno de uma questão que acabou por marcar os primeiros meses do ano de 1975: a “unicidade sindical”. O Embaixador escreveu a este respeito que «o apoio ao decreto-lei proposto pelo Governo prevendo um movimento sindical unitário (a “vermelha Intersindical”)» ia «desde o

³⁰AHD, PEA-EEA, n.º755, 4 de Dezembro de 1974

³¹AHD, PEA-EEA, n.º788, 18 de Dezembro de 1974

³²«Lisbon, 5253, November 29, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

fervoroso até ao tático», mas «a liderança dos sindicatos e os meios de comunicação social» transmitiam «com sucesso» a impressão de um «apoio esmagador dos trabalhadores» àquele movimento. Scott acrescentou ainda que o PPD e o PS estavam contra a proposta do executivo, mas só eram «capazes de tornar a sua oposição conhecida através dos partidos e não por intermédio de canais laborais organizados». De resto, a extrema fraqueza de socialistas e populares democráticos nas estruturas organizadas do mundo do trabalho era destacada pelo diplomata americano referindo que «no âmbito do movimento sindical propriamente dito os defensores da posição sustentada pelos comunistas de uma central sindical unitária imposta tinham o controlo».³³

Woodcock e Rebhan compreenderam correctamente o problema e regressaram a Washington decididos a apoiar os partidos “democráticos”, sobretudo os socialistas, a organizar uma contra-força capaz de combater o domínio do PCP neste sector-chave. De acordo com o relato feito por eles ao adido da sua Embaixada em Lisboa, não havia dúvidas de que «os comunistas controlavam a Intersindical», compondo «a direcção do sindicato dos técnicos e operários metalúrgicos e metalo-mecânicos de Lisboa» com a excepção do Presidente que era «um socialista»; já o ministro do Trabalho, Costa Martins era «um “inocente” largamente manipulado pelos comunistas no seu ministério». Mas para os dirigentes norte-americanos, tendo por base os testemunhos de Marcelo Curto e «outros jovens activistas», existia «uma ampla estrutura para uma legítima, e não política, organização sindical, bem como para a formação dos seus quadros».³⁴

Neste sentido, Herman Rebhan comprometeu-se a enviar para Portugal um representante, Carlos Pardo, com o encargo de ajudar na organização e formação de sindicatos não comunistas. Já Leonard Woodcock prometeu contactar Edward Kennedy para combinar uma abordagem conjunta a Kissinger no sentido de o instar a «conceder em breve uma ajuda substancial a Portugal» que devia ser «disponibilizada antes da realização das eleições para a Assembleia Constituinte de Março de 1975» enquanto «prova do apoio dos Estados Unidos aos elementos moderados do Governo português».³⁵

³³*Ibidem*

³⁴«Lisbon, 5270, December 2, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

³⁵«Lisbon, 5272, December 2, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Cumpra sublinhar que, pela mesma ocasião, diversos líderes europeus ocidentais visitaram Lisboa com o intuito de expressar publicamente a sua solidariedade com as forças “democráticas” que se opunham ao PCP, destacando-se aqui os dirigentes dos partidos socialistas e o apoio dado ao PS.

Iremos abordar este assunto com mais pormenor no capítulo dedicado à política da Europa Ocidental para a transição portuguesa. Todavia, importa referir que, praticamente em simultâneo com as visitas de Edward Kennedy, Herman Rebhan e Leonard Woodcock, personalidades como Willy Brandt e Olof Palme se deslocaram ao País, assistindo-se assim a um crescendo da actividade diplomática do Ocidente junto de Portugal.³⁶

Brandt permaneceu em Lisboa de 19 a 21 de Outubro, tendo revelado logo à chegada ao aeroporto os seus propósitos: «esperamos todos poder ajudar o povo português e o Partido Socialista a encontrarem o caminho seguro em direcção ao futuro».³⁷ E esta intenção foi reforçada pela avaliação feita da situação interna durante os três dias de estadia no País pois, segundo revelou ao Embaixador dos EUA em Bona, ficou especialmente impressionado com o Partido Comunista que «estava altamente organizado e a receber ajuda financeira da União Soviética, para além de ter grande influência nos sindicatos». Nesse sentido, defendeu junto do diplomata norte-americano que «devia ser dada prioridade ao desenvolvimento de assistência económica concreta para prevenir o colapso da economia», pois o futuro de Portugal era ainda «incerto» e dependia muito «do que os Estados Unidos e a RFA fizessem». Concretizando, o Presidente do SPD referiu que o seu partido «ia dar apoio moral e técnico aos social-democratas de Soares», planeando trazê-los à Alemanha Ocidental para «lhes dar instrução na gestão e administração partidária». Finalmente, em relação ao MFA, Brandt afirmou que este era liderado por Melo Antunes, Vítor Alves e Vasco Gonçalves que, «embora fossem nacionalistas e apoiassem o Governo civil» tinham também «uma propensão “peronista” que podia emergir caso a situação se tornasse suficientemente séria para que perdessem a paciência com a inépcia da liderança civil».³⁸

³⁶Na realidade, o primeiro líder socialista europeu a visitar Portugal foi François Mitterrand, logo a 30 Junho de 1974, tendo participado em diversas iniciativas do PS, com destaque para as manifestações organizadas em Coimbra e no Porto e para o comício realizado em Lisboa, no Pavilhão Carlos Lopes

³⁷Juliet Antunes Sablosky, *PS e a Transição para a Democracia...*, ob.cit., p.45

³⁸«Bonn, 16825, October 25, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Cinco dias depois foi a vez de Olof Palme visitar Portugal na qualidade de líder dos social-democratas suecos e com o objectivo claro de «ajudar a edificar o Partido Socialista Português e o movimento sindical no País». Segundo as informações dadas pelos seus colaboradores ao Embaixador dos EUA em Estocolmo, Strausz-Hupe, Palme estava «consciente da incerteza da situação prevalecente em Portugal e da necessidade de apoiar Soares e o PS». A sua preocupação fundamental consistia no perigo de Portugal poder «transformar-se numa ditadura militar de esquerda, na linha do modelo peruano», risco aumentado caso «os socialistas perdessem o combate pelo controlo do movimento sindical».³⁹

5. Governo dos EUA aprova programa de ajuda económica a Portugal

As dúvidas que ainda existiam sobre a evolução da situação portuguesa nos EUA e na Europa Ocidental eram justificadas pelos sinais contraditórios provenientes dos acontecimentos internos desde finais do mês de Outubro. Por um lado, ampliou-se a afirmação do Movimento das Forças Armadas como agente político determinante do processo revolucionário, traduzida não só na intensificação do debate acerca da sua institucionalização, como também no início da discussão sobre a representação do “Movimento” na futura Assembleia Constituinte e sobre a celebração de um pacto MFA-Partidos. Por outro lado, iniciou-se o trabalho do grupo encarregue de elaborar um plano económico-social – o “plano Melo Antunes” - cuja composição apontava para uma via moderada, esboçando-se conseqüentemente os primeiros sinais da ruptura posterior entre a ala pró-comunista, ligada aos “gonçalvistas”, e socialista independente, associada aos “meloantunistas”.⁴⁰

Segundo Maria Inácia Rezola, o debate acerca da institucionalização do MFA intensificou-se a partir do artigo publicado por José Medeiros Ferreira, a 23 de Outubro, no jornal *República*. Nele, o dirigente socialista classificou o “Movimento” como «o instrumento maior da independência nacional e o garante máximo da instauração da democracia pluralista em Portugal» e, acto contínuo, defendeu a necessidade de se «institucionalizar o MFA ao nível político, sendo de assegurar a sua dignidade constitucional, logo na Assembleia Constituinte».⁴¹

³⁹«Stockholm, 4686, October 19, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁴⁰Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, ob. cit. pp.283

⁴¹Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit., p.151

A discussão em torno desta questão estendeu-se rapidamente ao sector militar e, ainda em Outubro, foi aprovada numa reunião de oficiais da armada uma moção defendendo justamente a institucionalização do Movimento das Forças Armadas: «Os oficiais da Armada manifestam: 1.O interesse em que todos colaborem na vida associativa da Corporação: 2.O repúdio radical de todas as manobras divisionárias e reaccionárias tendentes a provocar situações de descrédito tanto para o MFA como para o seu Programa; 3.O seu total apoio às posições assumidas pela Comissão Coordenadora do Programa, como representante do MFA, durante a crise do 28 de Setembro; 4.A necessidade de institucionalização da Comissão Coordenadora do MFA».⁴²

Em simultâneo, iniciou-se a discussão sobre se o MFA devia estar representado na futura Assembleia Constituinte com a emergência de três grupos de opinião distintos acerca da questão. Os mais radicais defendiam que essa participação podia ser feita através de elementos eleitos por sufrágio; outros, que ela devia realizar-se por via de representantes sem direito a voto, com o estatuto de observadores e com a missão de colaborarem com a JSN e o Conselho de Estado no controle ao cumprimento do Programa do MFA e do Governo Provisório; um terceiro grupo defendia que ela podia ser obtida através de membros do MFA, por eles designados, que constituíam uma percentagem (entre 10% e 20%) do número total de deputados eleitos para a Assembleia Constituinte.⁴³

Sintomaticamente, foi o PCP quem mais se destacou ao nível civil na defesa de que o MFA devia estar representado na Constituinte. Indo ainda mais longe, os comunistas introduziram na agenda interna a questão da necessidade de celebração de um Pacto Constitucional entre o “Movimento” e os partidos políticos. Num comício realizado em Dezembro, em Braga, Álvaro Cunhal afirmou: «Finalmente, em relação à elaboração da nova Constituição não é concebível que o MFA não tenha uma palavra a dizer. Só temos duas soluções possíveis para um tal problema: ou o MFA fica, com direito próprio, com assento na Assembleia, ou terá de decidir-se previamente um acordo entre os partidos democráticos e o MFA acerca das linhas gerais da Constituição e da política do futuro. Talvez que esta última forma possa ser uma solução à dificuldade».⁴⁴

⁴²*Idem*, p.152

⁴³*Idem*, p.155

⁴⁴Cit. em Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Portugal Depois de Abril...*, ob. cit., p.122

Todavia, apesar do avanço do MFA no processo político e da crescente coincidência estratégica entre o seu sector “gonçalvista” e o PCP, existiam ainda sinais contraditórios na evolução da situação portuguesa. Assim, a 18 de Outubro, o Governo Provisório decidiu criar um grupo de trabalho destinado a elaborar um plano económico-social cujos primeiros indicadores denotavam uma preocupação de moderação: Melo Antunes foi nomeado para coordenar a equipa composta por Rui Vilar, Silva Lopes, Maria de Lurdes Pintasilgo e Vítor Constâncio. Acresce que a constituição deste grupo deu origem aos primeiros sinais públicos de divisão no seio do Movimento das Forças Armadas, traduzidos na publicação a 12 de Novembro de um artigo no boletim do MFA, intitulado «Do Político ao Económico», que se assumiu como uma forma de pressão do sector pró-comunista do “Movimento” sobre Melo Antunes. O artigo era revelador da visão económica dos “gonçalvistas”: «De facto, atendendo a que os aspectos económicos condicionam em grande parte a situação política no nosso País, há que reconhecer que a consolidação da democracia em Portugal passa necessariamente por medidas que apontem desde já para uma democratização económica. (...) É assim nítida e urgente a necessidade que há em tomar medidas de carácter económico que actuem, quer ao nível da conjuntura (...), quer ao nível estrutural, lançando as bases para um efectivo “controle” da actividade económica básica pelo Estado e criando condições que permitam ao nosso Povo ter, a médio e longo prazo, nítidas melhorias de condições de vida». Igualmente sintomático era o seu recado final ao grupo coordenado por Melo Antunes: «não pode deixar de causar certa inquietação o facto de, passados mais de quinze dias, nada se saber ainda sobre a sua constituição (o que é muito importante) e quais os objectivos do seu trabalho».⁴⁵

Ao mesmo tempo que o Movimento das Forças Armadas iniciou o seu processo de divisão a partir da discussão em torno do “Plano Melo Antunes”, que se prolongou até Fevereiro do ano seguinte altura em que atingiu o seu clímax, alguns sectores do MFA decidiram desencadear uma acção externa destinada a transmitir uma mensagem de moderação da revolução portuguesa, tendo Vítor Alves começado a 4 de Novembro um périplo de 11 dias por cinco países da CEE – Londres, Bruxelas, Paris, Roma e Bona. De acordo com a informação transmitida pelo DCM da Embaixada da RFA ao

⁴⁵Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit., pp.172-73. De acordo com o testemunho de José Manuel Barroso, com base na sua experiência pessoal, este artigo foi enviado para publicação directamente pelo gabinete de assessores do Primeiro-Ministro. José Manuel Barroso, *Segredos de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995, p.98

seu homólogo norte-americano, o militar português pretendia com a iniciativa «corrigir a impressão errada sobre a actual situação portuguesa»; porém, segundo as recomendações enviadas para Bona pelo mesmo diplomata, a visita devia ser aproveitada para «colocar algumas questões duras», como por exemplo: «medidas para garantir a realização das eleições na data prevista; definição do papel e carácter do Movimento das Forças Armadas; planos do Governo português para lidar com os prisioneiros políticos; medidas para garantir a segurança dos capitais e propriedades alemãs e de outros países estrangeiros».⁴⁶

Dado este clima de desconfiança predominante no Ocidente relativamente ao MFA, e não obstante a imagem favorável que Vítor Alves tinha nos círculos diplomáticos europeus e americanos, o ministro Sem Pasta foi incapaz de converter os governos aliados à causa do “Movimento” e viu gorado um dos principais resultados concretos visados pela viagem: convencer a CEE a ajudar economicamente Portugal.

Em vez disso, sintomaticamente, viu o seu périplo ser dominado pelas polémicas em torno das questões da participação de Lisboa no Grupo de Planeamento Nuclear da NATO e das facilidades militares concedidas aos EUA nos Açores. O primeiro assunto foi sobretudo suscitado pela imprensa europeia que o questionou repetidamente sobre a exclusão do País do NPG, tendo Vítor Alves declarado que Portugal ia «participar nos trabalhos da NATO» e que «não tinha sido afastado do Grupo de Planeamento Nuclear», apenas tinha havido um adiamento da reunião agendada para Roma.⁴⁷ O segundo tema surgiu igualmente na sequência das notícias veiculadas pela comunicação social, segundo as quais o militar português havia afirmado que a base das Lajes «só podia ser usada em missões da NATO e não dos EUA», o que foi prontamente desmentido pelo próprio ao esclarecer que «as suas observações tinham sido mal entendidas, possivelmente por causa das dificuldades linguísticas» e que «a concessão das Lajes era um acordo bilateral entre os Estados Unidos e Portugal dentro da estrutura da NATO».⁴⁸

Também Sá Carneiro procurou aproveitar a sua viagem aos EUA no início de Dezembro para transmitir uma imagem favorável da evolução do processo político português, empenhando-se ao mesmo tempo em garantir apoios em Washington para o PPD. Nesse sentido, o líder dos social-democratas, acompanhado por Francisco Pinto

⁴⁶«Lisbon, 4752, November 5, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁴⁷«Lisbon, 4863, November 8, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁴⁸«Lisbon, 5058, November 19, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

Balsemão, Rui Machete, Ernâni Lopes e António Patrício Gouveia, esforçou-se por estabelecer uma extensa rede de contactos que ia desde o Secretário de Estado, a destacados membros do Congresso, como Edward Kennedy e Hubert Humphrey, ao vice-presidente do Banco Mundial, a dirigentes da AFL-CIO, até vários analistas políticos, como James Reston e Tad Szulc, e jornalistas da CBS, do *Washington Post* e do *New York Times*.

Mas o ponto mais alto da visita foi o encontro com Henry Kissinger – o primeiro de dirigentes do PPD com o responsável pela política externa norte-americana. Com o intuito de preparar o Secretário de Estado para o evento, a 28 de Novembro, o Departamento de Estado elaborou um memorando especialmente interessante para perceber o modo como Sá Carneiro era percebido nos Estados Unidos. Nele, o dirigente português era caracterizado como um «auto-denominado social-democratas», que estava «politicamente à direita» do PS, assumindo-se como um «forte rival dos socialistas» e que pretendia «demonstrar que Soares não era a única voz da moderação em Portugal». Sobre o PPD, o documento reconhecia que este era «o mais conservador dos três partidos políticos no Governo Provisório» e parecia «estar melhor organizado do que o PS», mas acrescentava que o Departamento de Estado não tinha «nenhum partido favorito» e devia transmitir a mensagem de que «apoiava todos os grupos democráticos e pró-ocidentais de Portugal».

Outra parte importante do memorando era consagrada aos temas fundamentais a ser abordados durante a conversa: as eleições, o problema do comunismo, a ajuda económica a Portugal e a NATO. Quanto ao primeiro, o líder dos social-democratas devia ser questionado sobre se «as eleições se iam realizar na data prevista» uma vez que, segundo informações recebidas em Washington, «alguns dirigentes do PPD pareciam estar cépticos quanto ao facto de os líderes mais radicais do Movimento das Forças Armadas permitirem que as eleições ocorressem, ou, se elas tivessem lugar, que reflectissem verdadeiramente as opiniões mais conservadoras dos eleitores portugueses». Em relação ao problema do comunismo, devia ser deixado claro que para os EUA o PCP era «uma séria ameaça ao restabelecimento da democracia em Portugal» e que «uma forte performance dos comunistas nas eleições para a Assembleia Constituinte ia ter preocupantes implicações para o futuro da Aliança Atlântica». Já no que diz respeito à ajuda económica a Lisboa a mensagem a transmitir a Sá Carneiro, conhecido nos Estados Unidos como «um forte defensor da ajuda americana a Lisboa» era a de que a Administração Ford estava «solidária com os problemas económicos de

Portugal» e encontrava-se a «examinar as formas de poder ajudar o País», pretendendo fazer em breve «propostas específicas nos campos da habitação e transportes e outros programas ainda em estudo». Finalmente, relativamente à organização de defesa do Ocidente, pretendia-se enfatizar que «os interesses dos EUA iam no sentido de Portugal permanecer na NATO e desempenhar um papel activo nos assuntos da Europa Ocidental».

Um último dado interessante contido no documento aparecia inscrito na parte dedicada à informação sobre os antecedentes da visita. Nela, o Departamento de Estado sublinhou que «os líderes do Partido Popular Democrático procuraram estabelecer contactos mais próximos com os Estados Unidos desde Junho, altura em que Sá Carneiro era ministro Sem Pasta no primeiro Governo Provisório» e acrescentou: «para além de frequentes contactos em Lisboa, nós (...) trouxemos aos EUA dois dos seus directores de campanha para observarem as nossas eleições do Outono».⁴⁹

Todavia, o encontro do líder do PPD no Departamento de Estado acabou por realizar-se essencialmente com Wells Stabler e Alan Lukens, sendo que só após esta reunião é que Kissinger o recebeu para «uma fotografia e uma breve conversa», aproveitada pelo Secretário de Estado para afirmar que «o governo dos Estados Unidos estava interessado na evolução democrática de Portugal e queria fazer alguma coisa concreta para ajudar»; Sá Carneiro, por seu lado, procurou sublinhar que «esperava que a ajuda americana viesse o mais breve possível», acrescentando que o PPD «era o único partido não marxista que tinha hipóteses de ganhar as eleições».⁵⁰

O tema do apoio de Washington a Lisboa dominou igualmente o diálogo com Stabler e Lukens, com o dirigente português a afirmar de modo directo que «os Estados Unidos deviam abandonar a sua atitude “esperar para ver” e agir rapidamente dentro das linhas sugeridas pelo Senador Kennedy», uma vez que «o bloco soviético tinha começado a enviar ajuda ao oferecer créditos comerciais» e «o Ocidente devia fazer algo similar». Com esta intenção primordial, Sá Carneiro procurou transmitir aos norteamericanos uma imagem moderadamente optimista da situação em Portugal e, embora «admitindo o perigo da influência “esquerdista” no MFA», afirmou que «mesmo que a campanha não corresse completamente de acordo com os desejos do MFA, o adiamento das eleições era pouco provável». E questionado sobre a força dos comunistas,

⁴⁹«Outgoing Telegram, 262404, November 28, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp

⁵⁰«Outgoing Telegram, 269194, December 7, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp Wells Stabler era o *Deputy Assistant Secretary*

respondeu que «o PCP estava bem organizado, uma vez que era o único partido que havia funcionado durante os cinquenta anos de ditadura», mas, apesar disso, «a sua força eleitoral devia ser apenas de 10 a 15%». Não obstante os seus esforços, o líder social-democrata não conseguiu obter qualquer compromisso dos seus interlocutores quer relativamente ao auxílio a Lisboa, quer ao PPD; Wels Stabler limitou-se a afirmar vagamente que «os Estados Unidos estavam a seguir e a situação e pretendiam apoiar os desenvolvimento da democracia em Portugal» e acrescentou que o seu país «não podia apoiar qualquer partido específico antes das eleições».⁵¹

A ambivalência que ainda permanecia relativamente ao resultado final do processo político português, a acção das forças “moderadas” internas no plano internacional e, sobretudo, os esforços levados a cabo a partir do exterior, muito em especial por Edward Kennedy, tiveram desde logo uma consequência relevante: após vários adiamentos, o Governo dos EUA aprovou finalmente um programa de ajuda económica a Portugal.

De resto, por esta ocasião, Henry Kissinger estava decidido a agir, e de modo rápido, no sentido de influenciar a situação portuguesa. Isso mesmo ficou claro no diálogo havido durante a reunião do Secretário de Estado com o seu *staff* no dia 9 de Dezembro:

«Secretary Kissinger: - Wells [Stabler], vamos ter o assunto português [referencia ao Programa de ajuda económica] concluído até ao fim do dia?

Mr Stabler : - Vamos.

Secretary Kissinger: - Eu aprovei alguma coisa a semana passada.

Mr Stabler: - Tivemos acesso a isso na sexta-feira. E dissemos-lhe para arranjam um programa específico.

Secretary Kissinger: - Que vai ser implementado na próxima semana. Porque podemos estudar isto até que outro século da história portuguesa tenha passado. Isto não é de todo um procedimento de desenvolvimento económico. Isto é uma situação semi-revolucionária. Se vamos fazer alguma coisa, temos de fazê-la já. Quando podemos agir?

Mr Stabler: - Vamos ter alguma coisa para si ainda hoje.

Secretary Kissinger: - E após eu ter a ter aprovado?

Mr. Stabler: - Penso que pode ser feito quase imediatamente.

⁵¹ *Idem*

Secretary Kissinger: - Quando é que Carlucci chega lá [a Portugal].

Mr. Stabler: - A 14 de Janeiro.

Secretary Kissinger: - É disto que eu gosto – um sentido de urgência. Ele já foi confirmado [pelo Congresso]?

Mr Stabler: - Ele já foi confirmado. Mas existe um problema lá.

Secretary Kissinger: - Qual é o problema?

Mr. Stabler: - Tem que ver com o presente Embaixador [Scott].

Secretary Kissinger: - Ele não quer sair?

Mr. Stabler: - Perguntou (...) se podia ficar até dia 10.

Secretary Kissinger: - As eleições são em meados de Março. Estamos a falar disto desde o início de Outubro. Você sabe, eu tenho grande simpatia pelo actual Embaixador... em qualquer outro posto não faria qualquer diferença.

Mr Stabler: - É basicamente uma questão de dez dias.

Secretary Kissinger:- Em qualquer outro posto não faria qualquer diferença.

(...)

Mr Stabler: (...) - É só uma questão de dez dias.

Secretary Kissinger:- E depois só faltam 60 dias para as eleições. E ele tem de apresentar credenciais. Não estaremos a funcionar até Fevereiro. Até Carlucci vai precisar de conhecer um pouco o país. Vai ter de descobrir quem é sério na Embaixada. Desde Outubro que tenho tentado transmitir um sentido de urgência em relação à situação portuguesa. E aqui estamos nós, em finais de Dezembro, ainda a deitar conversa fora e a tentar colocar lá o Embaixador. Temos o problema estudado. Todo o português com que falei disse que se não fizermos qualquer coisa rapidamente, não vamos afectar a situação em Março. E ainda não temos o Programa [de ajuda económica] aprovado, nem temos lá um Embaixador que saiba o que está a fazer. E as eleições são cerca de meados de Março, isto se elas alguma vez se realizarem».⁵²

Este diálogo importante revela-nos com clareza a urgência agora atribuída pelo Secretário de Estado relativamente ao apoio económico a Portugal ao ponto de instar os seus colaboradores a agirem rapidamente não só no âmbito do programa de auxílio, como também na substituição do Embaixador em Lisboa, acrescentando, sintomaticamente, que «em qualquer outro posto não faria diferença». E Kissinger foi

⁵²«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», December 9, 1974, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 5

igualmente muito directo quanto ao seu objectivo: tentar influenciar o resultado das eleições marcadas para Março de 1975.

Em sintonia com este desejo de actuar de modo rápido, o responsável pela política externa norte-americana entregou no dia seguinte um memorando ao Presidente Ford a solicitar a sua autorização para informar o Governo português de que os EUA estavam disponíveis para «oferecer assistência imediata». No documento, começou por recordar que quando Costa Gomes esteve em Washington «instou os Estados Unidos a prestarem ajuda económica [a Portugal] como o melhor meio de combater os comunistas que só podiam beneficiar da contínua deterioração da situação da economia portuguesa». Em seguida, propôs que o Governo português fosse informado de que os EUA estavam disponíveis para «oferecer a assistência imediata» possível no âmbito dos «recursos existentes» no ramo executivo, «como investimentos da AID no sector da habitação, garantias, assistência técnica, troca de exportações, treino de portugueses nos Estados Unidos e créditos do *Export-Import Bank*». E, lembrando a lei aprovada no Senado para a concessão de um empréstimo a Lisboa, adiantou que planeava «dizer a Soares que, se a autorização final relativa a esta ajuda passasse nas duas Câmaras [do Congresso]» ia «encontrar-se de imediato com o Governo português para acordar um programa mais substancial permitido pela nova lei».⁵³

Nesse mesmo dia, após a aprovação do Presidente, o Secretário de Estado instruiu Stuart Nash Scott para se encontrar «tão cedo quanto possível» com Costa Gomes, «de preferência nas próximas 24 horas», e comunicar-lhe que a Administração Ford estava disponível para «oferecer imediatamente assistência ao Governo português». Esta compreendia «20 milhões de dólares em empréstimos americanos privados para a construção de habitações»; a disponibilização de «especialistas do governo dos Estados Unidos para as áreas consideradas de alta prioridade pelo executivo português como a Agricultura, os transportes, a administração pública, a educação e a saúde»; o «financiamento de bens e serviços norte-americanos necessários ao desenvolvimento de projectos portugueses» através do *Export-Import Bank*; o apoio às «reservas monetárias de Portugal» se estas se encontrassem em «níveis perigosamente baixos» e não estivessem disponíveis «outros meios internacionais». O Embaixador devia ainda transmitir ao Presidente português que, para além desta ajuda bilateral atribuída através recursos existentes no ramo executivo, a Administração

⁵³ «Memorandum from Henry A. Kissinger to the Presidente», December 10, 1974, GFL, PCF, Caixa 10

estava a «apoiar, quer no Senado, quer na Câmara dos Representantes a legislação destinada a autorizar empréstimos adicionais de 25 milhões de dólares e 2.5 milhões de donativos, mais um montante igual para os antigos territórios africanos de Portugal». Finalmente, no plano multilateral, o governo dos EUA disponibilizava-se para apoiar o País «em organizações internacionais tais como o Banco Mundial, o FMI e a OCDE» e a «instar os países amigos igualmente a ajudar, quer bilateralmente, quer em conjunto com os Estados Unidos».

As instruções finais de Henry Kissinger no telegrama enviado a Scott eram claras quanto ao alcance desta assistência económica: apoiar Costa Gomes «nos esforços que está a fazer para conduzir Portugal para a democracia e na renovada dedicação aos valores que asseguram a liberdade e a força da sociedade ocidental». De resto, a importância atribuída ao presidente português nesta fase da transição portuguesa era expressa de forma paradigmática numa nota pessoal para o Embaixador: «Devo entregar ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, em Bruxelas, a ideia geral deste programa, mas quero que a abordagem principal seja feita com Costa Gomes em Lisboa».⁵⁴

Esta mensagem foi entregue por Scott ao Presidente português menos de 24 horas depois e mereceu logo a sua aprovação. De resto, o general não escondeu a sua satisfação com a notícia e, para além de questionar se «o programa podia ser tornado público de imediato», comentou: «Senhor Embaixador, agradeço-lhe por este presente de Natal».⁵⁵

Deste modo, a 13 de Dezembro, o governo dos Estados Unidos anunciou publicamente a aprovação do programa de ajuda económica e cooperação para Portugal através de uma nota oficiosa divulgada pelo Departamento de Estado, justificando-a como «uma demonstração positiva de confiança dos EUA no futuro de Portugal» e um «apoio ao seu esforço para construir uma sociedade livre e democrática». Este compreendia «20 milhões de dólares em empréstimos privados para a construção de habitações»; a disponibilização de «especialistas nas áreas da Agricultura, Transportes, Administração Pública, Educação e Saúde»; o «financiamento de bens e serviços americanos necessários aos projectos portugueses de desenvolvimento» através do *Export-Import Bank*; o apoio ao País «junto das organizações internacionais, tais como

⁵⁴«Outgoing Telegram, 1100302, December 10, 1974», GFL, PCF, Caixa 11

⁵⁵«Lisbon, 5458, December 11, 1974». www.archives.gov/aad/series-description.jsp; Stuart Nash Scott, *Notes on My Tour...*, ob. cit., p.23

o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico», bem como de «outros países amigos»; a defesa da «proposta de auxílio do Congresso» autorizando «empréstimos e donativos a serem divididos em parte iguais por Portugal e pelos antigos territórios africanos».⁵⁶

6. Frank Carlucci chega a Portugal

As dúvidas que ainda existiam na capital norte-americana acerca da direcção da transição portuguesa começaram gradualmente a dissipar-se no início do ano de 1975 em consequência do clima de conflitualidade crescente que culminou no choque militar de Março de 1975, altura em que Washington operou a primeira viragem substancial na sua política para Lisboa.

Logo nos primeiros dias de Janeiro começou a controvérsia em torno da questão da “unicidade sindical” e o subsequente combate que então se travou entre as forças favoráveis e as contrárias à consagração em lei da existência de uma única central sindical, surgindo dos dois lados da barricada o PCP e o PS que assim consumaram a sua ruptura definitiva.

O Partido Comunista liderou ao nível civil as forças defensoras da “unicidade sindical”, contando com importantes apoios no campo militar e usando como “ponta de lança” a Intersindical, tendo mesmo começado a sua campanha para influenciar os órgãos de decisão, sobretudo o MFA, no sentido por si desejado tão cedo quanto Novembro de 1974. No dia 28 deste mês o Comité Central do partido emitiu um comunicado pronunciando-se «contra o pluralismo sindical e pela unidade dos trabalhadores em sindicatos autónomos e independentes do patronato, do Governo e dos partidos políticos» pois era «através desses sindicatos que os trabalhadores, praticando uma ampla democracia interna, discutindo livremente os seus problemas e tomando decisões de acordo com a expressão da maioria» iam apresentar «uma frente única na defesa dos seus interesses face ao patronato».⁵⁷

Mas foi efectivamente a partir de Janeiro de 1975 que a ofensiva comunista se intensificou. Primeiro, logo no dia 3, com o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, a pronunciar-se na televisão a favor da “unicidade sindical”.⁵⁸ Segundo, com a Comissão Política do PCP a divulgar uma nota pública no dia 14 confirmando que

⁵⁶*Department of State Bulletin*, Vol.LXXII, nº1856, January 20, 1975, p.71

⁵⁷«Nota sobre a Unidade Sindical», 28 de Novembro de 1974, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Comunicados do Comité Central do PCP*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, p.172

⁵⁸Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...ob.cit.*, p.179

para o partido a “unicidade sindical” era «a melhor garantia da liberdade sindical» enquanto que «o chamado pluralismo, a proliferação de sindicatos, seria de facto contrário à liberdade e independência do movimento sindical»⁵⁹ Terceiro, quatro dias depois, com o próprio Álvaro Cunhal a afirmar num comício na Marinha Grande que o controlo da organização sindical era «(...)o problema político da actualidade» e a acrescentar de forma categórica: «os trabalhadores (...) lutarão até à vitória em defesa da *liberdade* sindical, da *unicidade* sindical, da *independência* dos sindicatos, o que se traduz hoje (...) numa palavra: *unicidade*».⁶⁰

Os intentos hegemónicos dos comunistas em matéria sindical depararam-se de imediato com a reacção dos socialistas, destacando-se a acção de Salgado Zenha que a 7 de Janeiro publicou na imprensa um artigo acusando a imposição da «unicidade da confederação sindical» de ser violadora da «liberdade de associação» e da «liberdade sindical». Para ele, tal facto era «grave» porque traduzia «uma desconfiança em relação à capacidade das classes trabalhadoras para usufruírem da liberdade sindical» e porque revelava «o medo à liberdade» que se tinha vindo ultimamente a manifestar. Segundo Zenha, em última análise, estava em causa a democracia: - «Receia-se a liberdade sindical, receiam-se as eleições, receia-se, em suma, a vida democrática».⁶¹

Mas a 13 de Janeiro o MFA pronunciou-se sobre o assunto com o Conselho dos Vinte a defender a “unicidade” sindical, dando assim cobertura ao PCP. O anúncio da posição do “Movimento” foi feito por Vasco Lourenço, na televisão, onde afirmou: «(...) o problema da lei sindical foi amplamente debatido no Conselho Superior do MFA, no dia 2 do corrente; pesadas as vantagens e inconvenientes e tendo em atenção factores tais como a isenção partidária do MFA e que a Revolução está a ser feita para e com o Povo português, pelo que a sua vontade terá que ser respeitada, e que essa mesma vontade foi expressa no resultado da discussão pública do problema, nomeadamente no seio dos sindicatos, o Conselho Superior do MFA pronunciou-se, por unanimidade, pelo princípio da unicidade sindical, dentro do espírito de que as cláusulas do diploma legal deverão garantir a liberdade sindical, quer na filiação, quer

⁵⁹Cit. em José Manuel Barroso, *Segredos de Abril...*, ob.cit., p.149

⁶⁰Álvaro Cunhal, «Discurso no Comício do PCP na Marinha Grande», 18 de Janeiro de 1975, *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Discursos Políticos nº3*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, pp.40-43. Em itálico no original

⁶¹Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*ob.cit., p.180

no processamento e representatividade das eleições das estruturas sindicais, aos diferentes níveis».⁶²

A decisão final sobre a questão da “unicidade sindical” ficou agendada para o Conselho de Ministros de 20 de Janeiro, assistindo-se nas vésperas desta data ao crescendo de actividade dos defensores das duas opções possíveis. Assim, no dia 14, a Intersindical e o PCP, com o apoio do MDP, MES e FSP, organizaram uma grande manifestação de apoio à “unicidade sindical” que mobilizou cerca de 80 mil pessoas. O PS respondeu dois dias depois também através de um significativo comício, no Pavilhão dos Desportos, que juntou cerca de 15 mil pessoas e onde se ouviram duras críticas à Intersindical e ao PCP, mas igualmente ao MFA, começando-se pela primeira vez a ouvir o slogan «o Povo não está com o MFA». Referindo-se a este evento, Mário Soares afirmou posteriormente: «o nosso comício no Pavilhão dos Desportos, representa a nossa carta de alforria em matéria sindical: pela primeira vez, nós, os socialistas, fizemos um colossal comício popular, com o Pavilhão completamente cheio».⁶³ Menos de 48 horas depois, foi a vez da Igreja sustentar a liberdade sindical, juntando assim a sua voz à dos socialistas, com a Conferência Episcopal a defender «intransigentemente o direito de liberdade sindical», considerando que «situando-se a liberdade sindical entre os direitos fundamentais da pessoa humana, nunca poderá essa liberdade ser sacrificada, sem com isso se atingir a esfera da liberdade que a própria natureza humana impõe como indisponível e inalienável».⁶⁴

O Conselho de Ministros acabou por aprovar na generalidade o diploma da “unicidade sindical” com os votos contra do PS e do PPD, isto é, os comunistas ganhavam e socialistas e populares-democratas perdiam. Neste âmbito, destacou-se Vasco Gonçalves que na reunião do executivo ocorrida três dias antes afirmou: «(...)nas condições políticas, económicas e sociais existentes, não votar a “unicidade” representa a quebra da unidade do Povo-Forças Armadas».⁶⁵

A votação do Governo Provisório não encerrou desde logo o assunto, tendo a batalha sido posteriormente transferida para a apreciação do diploma na especialidade, com o PS e o PPD a aproveitarem para ganharem tempo e adiarem a decisão final que

⁶²Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril...*, ob.cit., pp.115-16. Os autores acrescentam ainda que, embora Vasco Lourenço tenha afirmado que a decisão do Conselho dos Vinte foi tomada por unanimidade, na realidade «a votação» resultou «numa vitória escassa e difícil dos que defendiam a “unicidade”». E acrescentam: «Em termos numéricos terá sido 11 a 9 ou 12 a 8»

⁶³Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit, p.398

⁶⁴Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, ob. cit., pp.308-9

⁶⁵Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*ob.cit., p.181

acabou por se verificar já após o 11 de Março. Porém, estava inaugurado o choque definitivo entre comunistas e socialistas que não se esgotou no confronto em torno da “unicidade sindical”, tendo-se antes transformado num conflito acerca de duas visões distintas da sociedade – democracia de modelo ocidental e comunismo – em torno do qual se definiram dois campos político-militares antagónicos.

Em simultâneo com o combate sobre a organização do mundo sindical, assistiu-se à tentativa de ressurgimento de Spínola no processo político português e, conseqüentemente, a um conjunto de importantes movimentações militares. O primeiro sinal público da reentrada em cena dos “spínolistas” aconteceu logo a 4 de Janeiro com a entrevista concedida pelo general ao semanário *Expresso* que assinalou o fim do silêncio a que se tinha votado desde os acontecimentos do 28 de Setembro. E que mensagens transmitiu o ex-Presidente da República? Que existia «uma nova corrente interpretativa dos princípios inspiradores do Movimento das Forças Armadas»; Que «a intervenção das Forças Armadas» era «um dever implícito na sua própria essência quando o poder se autocratiza e a liberdade da Nação se encontra ameaçada»; Que o MFA devia «institucionalizar-se», através do «seu permanente alargamento às Forças Armadas»; Que não cabia aos militares «assumir o poder político senão num quadro transitório em tempo e estrito em dimensão», sendo antes «sua tarefa criar as condições para um país livre»; Que «assumir o poder político e entregá-lo a qualquer outra força» não resultante de «sufrágio directo, incontestável e incontestado» era «crime de lesa nação»; Que defendia «um Estado democrático, árbitro de um socialismo em liberdade, por oposição a qualquer forma de Estado autocrático», razão pela qual dava o seu «apoio às correntes progressistas essencialmente pluralistas» e partilhava «um ideário profundamente radicado no socialismo democrático».⁶⁶

Segundo a investigação realizada pelo historiador catalão Josep Sánchez Cervelló, ainda em Janeiro os “spínolistas” prepararam um plano de intervenção com dois alvos primordiais: «a tomada do palácio de Belém, onde se reunia o Conselho dos Vinte, a cargo do Comandante Alpoim Calvão, e a planificação da ocupação do resto das unidades, a cargo de uma comissão militar em que tinham papel destacado Almeida Bruno, Manuel Monge e Casanova Ferreira». Em relação à primeira acção, testemunhou Calvão na entrevista concedida a Cervelló: «Pensávamos realizar o assalto [ao palácio de Belém] no dia em que tivessem uma reunião. Era relativamente fácil

⁶⁶*Expresso, Revista*, 4 de Janeiro de 1975

porque quem fazia a guarda do palácio eram os pára-quedistas e só tínhamos de esperar pelo dia em que o capitão [António] Ramos fosse o comandante da guarda. O nosso plano consistia em ocupá-lo e estar preparado para, no caso de haver confrontação física, eliminar os que se nos opusessem, embora também houvesse muitos que ali dentro estavam do nosso lado, como o brigadeiro [Pinho] Freire da Força Aérea. Essas pessoas eram intocáveis, enquanto outras, em caso de conflito físico, deviam ser eliminadas». ⁶⁷ E, como confessou Joaquim Mira Mensurado, este «golpe não se reduzia a uma acção palaciana, mas era acompanhado por acções de unidades militares: os comandos, os pára-quedistas e a EPC». Aos primeiros competia «ocupar os meios de comunicação social, especialmente a rádio e a televisão, assim como as vias de acesso à capital em colaboração com os pára-quedistas que tinham também como missão principal ocupar o RALIS ou, no mínimo, não deixar que saíssem da sua unidade», enquanto a EPC «sufocaria a resistência que pudesse encontrar». ⁶⁸

A agenda político-militar portuguesa do início de 1975 ficou ainda marcada pelas negociações que decorreram no Alvor entre Portugal e os movimentos militares angolanos acerca do futuro daquele território que culminaram, a 15 de Janeiro, no acordo sobre a descolonização de Angola. Este reconheceu o MPLA, a FNLA e a UNITA como «únicos e legítimos representantes do povo angolano»; previu como órgãos de poder até à data independência um alto-comissário e um Governo de Transição, que tomou posse a 31 de Janeiro; estabeleceu que «o Governo de Transição seria presidido e dirigido por um “Colégio Presidencial”, constituído por três membros, um de cada movimento de libertação»; definiu a realização de «eleições gerais para uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses, a partir de 31 de Janeiro», às quais «só os movimentos de libertação poderiam apresentar candidaturas»; e determinou que «as Forças Armadas dos três movimentos fossem «integradas, em paridade com as Forças Armadas portuguesas, nas forças militares mistas». Mas o seu ponto primordial residiu na fixação da data da proclamação da independência do país para 11 de Novembro de 1975. ⁶⁹

⁶⁷Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob.cit, p.222

⁶⁸*Ibidem*

⁶⁹António de Almeida Santos, *Quase Memórias, Da Descolonização de cada Território em Particular*, 2º volume, Lisboa, Casa das Letras, pp.171-73. Para um estudo mais aprofundado deste assunto ver ainda, em especial, Pedro Pizarat Correia, *Descolonização de Angola (A Jóia da Coroa do Império Português)*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1991; António Costa Pinto, *O Fim do Império Colonial Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Norrie MacQueen, *A Descolonização da África Portuguesa, A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998; Witney Schneidman, *Confronto em África...*, ob.cit

Ficaram assim definidos os termos da descolonização de Angola e num sentido bem distinto do defendido desde o início pelos “spinolistas” e pelas forças político-militares que com eles convergiram nesta matéria. No essencial, como referiu o então ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, «o Acordo do Alvor foi o que os movimentos de libertação quiseram que fosse»;⁷⁰ isto é, MPLA, FNLA e UNITA acabaram por determinar o quadro da independência do território, facto explicado quer pela reduzida capacidade de influência que Portugal tinha já no processo, quer pelo desejo do MFA em obter o mais rapidamente possível um entendimento que permitisse terminar o esforço militar no Ultramar. No dia seguinte ao encontro do Algarve, a Embaixada dos EUA em Lisboa elaborou a sua análise dos acontecimentos, concluindo para Washington que «os portugueses queriam sobretudo sair das colónias», vendo «Angola como um risco económico e político e, ainda pior, como uma fonte de apoio político e económico para aquelas forças em Portugal que podiam estar a conspirar um regresso à era pré-25 de Abril»; e rematou de modo significativo: «pelo menos no papel, os portugueses conseguiram obter um acordo que os retira de uma situação colonial muito difícil».⁷¹

As informações sobre a celebração do acordo para a independência da ex-colónia portuguesa não suscitaram inicialmente qualquer reacção adversa nos Estados Unidos, com a Administração Ford a optar por uma atitude discreta. Num telegrama enviado a 29 de Janeiro ao Cônsul norte-americano em Luanda, o Departamento de Estado recomendou justamente «uma abordagem discreta às autoridades portuguesas e dos movimentos de libertação», indo as cautelas ao ponto de sugerir que o «contacto fosse feito junto do “Colégio Presidencial” para evitar a necessidade de mensagens individuais aos representantes dos três movimentos de libertação». Para além disso, o governo dos EUA congratulou-se com o Acordo do Alvor e exprimiu os votos de que «os povos dos Estados Unidos e Angola pudessem esperar no futuro uma cooperação cada vez mais estreita e uma relação mutuamente benéfica». A terminar o telegrama, Washington felicitava Rosa Coutinho pelos «esforços incansáveis e prolongados para obter o acordo angolano».⁷²

Foi no contexto das crises provocadas pela questão da “unicidade sindical”, do ressurgimento de Spínola no processo político português e das sequelas do Alvor que

⁷⁰ António de Almeida Santos, *Quase Memórias, Da Descolonização de cada Território em Particular...*, ob. cit., p.169

⁷¹ «Lisbon, 0271, January 16, 1975», *Freedom of Information Act* (doravante referido por FOIA)

⁷² «Outgoing Telegram, 020882, January 29, 1975», FOIA

Frank Carlucci chegou a Portugal, mais precisamente a 18 de Janeiro, tendo o primeiro tempo da sua Embaixada sido dominado por este clima de agitação interna.

Nas vésperas da sua partida para Lisboa ocorreram duas reuniões importantes para a compreensão da posição do Governo dos EUA relativamente à transição portuguesa no início de 1975. A primeira ocorreu entre Henry Kissinger e o seu *staff*, a 6 de Janeiro, e pelo seu conteúdo podemos perceber que o Secretário de Estado estava empenhado em que Washington se tornasse «visível» em Portugal; logo no início do encontro o responsável pela política externa norte-americana pressionou os seus colaboradores para agirem e de modo rápido: - «As eleições são no final de Março. (...) gostaria de ter uma análise sobre o ponto em que estamos e quero igualmente que o programa de ajuda [económica] tenha início. (...) queremos ser visíveis». E, confrontado com as objecções de Arthur Hartman, segundo as quais era importante que Carlucci estivesse em Lisboa antes que o programa de ajuda fosse iniciado de molde a identificar as áreas prioritárias de acção, Kissinger reforçou o seu desejo de urgência na acção: - «Podemos começar a mostrar que estamos a fazer alguma coisa? (...) Não temos ninguém nessa Embaixada que possa identificar-nos um projecto de um milhão de dólares que não seja controverso? (...) Não temos ninguém em toda a Embaixada que possa ir falar com Costa Gomes e dizer: “que projecto vocês querem que nós comecemos dentro daqueles que estão disponíveis?”». ⁷³

No dia seguinte, Henry Kissinger encontrou-se com Frank Carlucci, a pedido deste último, que «pretendia saber qual era a sua opinião sincera sobre como lidar com o Governo português» e quais as «suas preocupações relativamente aos desenvolvimentos políticos em Lisboa». ⁷⁴ O responsável pela política externa dos Estados Unidos foi «vago» na sua avaliação da situação portuguesa; porém, segundo o testemunho do Embaixador, «as suas instruções eram muito claras: deter o avanço dos comunistas e preservar a integridade da NATO». ⁷⁵ Para além destas prioridades absolutas, a ajuda económica dos EUA a Portugal e as eleições para a Assembleia Constituinte dominaram o diálogo então havido, havendo quanto ao primeiro tópico indicações favoráveis: «Os portugueses, com a previsível excepção do Partido Comunista, reagiram entusiasticamente à oferta de assistência económica feita a 13 de Dezembro». Já quanto ao sufrágio havia um motivo de preocupação pois «os

⁷³«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», January 6, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 5

⁷⁴«Briefing Memorandum from Arthur Hartman to the Secretary», January 6, 1974, FOIA

⁷⁵Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 20.10.2004

comunistas tinham lançado recentemente uma campanha para desacreditar a honestidade do recenseamento dos eleitores e exigiam o adiamento indefinido das eleições»; não obstante, existiam motivos para algum optimismo uma vez que, «apesar dos rumores sobre o possível adiamento, as eleições estavam marcadas para o mais tardar 31 de Março» e mesmo «algum atraso», embora possível, «não era motivo de preocupação para os Estados Unidos» pois sabia-se que «o Movimento das Forças Armadas permanecia comprometido com a realização das eleições», sendo mesmo este «o primeiro assunto importante sobre o qual o Partido Comunista tinha tomado uma posição contrária à do Movimento».⁷⁶

Podemos então constatar que por ocasião da partida de Frank Carlucci para Lisboa existia ainda em Washington esperança numa evolução favorável dos acontecimentos em Portugal e, conseqüentemente, a vontade de agir de modo a influenciá-los no sentido desejado. Com esse propósito, o Embaixador definiu uma agenda de actividades assente em cinco prioridades que foi pondo progressivamente em prática: «tentar dar forma» à Embaixada; iniciar uma «intensa campanha para conhecer as “figuras públicas”»; tornar-se «visível à imprensa»; «trabalhar num programa da AID»; estabelecer «discretamente ligações com a Igreja».⁷⁷

A primeira prioridade residiu assim em «dar forma à Embaixada de molde a torná-la operacional», facto para o qual muito contribuiu a conversa havida ainda em Washington entre Carlucci e Lawrence Eagleburger durante a qual o último se referiu à Embaixada em Lisboa como «a pior do mundo».⁷⁸ Deste modo, o diplomata escolheu pessoalmente uma nova equipa constituída por um conjunto de personalidades da sua confiança a quem atribuiu funções muito específicas: Herbert Okun era o *Deputy Chief of Mission*, ficando ainda com a incumbência de acompanhar o Partido Comunista; Richard Melton devia seguir as actividades de todos os partidos políticos, com especial destaque para os socialistas; Robert Schuler tinha por missão seguir os militares, com particular atenção ao MFA; Ralph Jordan ficou responsável pelas ligações aos meios de comunicação social; David Whipple era o «chefe de posto» da CIA em Lisboa.⁷⁹

⁷⁶«Briefing Memorandum from Arthur Hartman to the Secretary», January 6, 1974, FOIA

⁷⁷Interview with Frank C. Carlucci, The Association for Diplomatic Studies and Training, Foreign Affairs Oral History Project, Georgetown University, December 30, 1996, p.3

⁷⁸*Idem*, p.2. Lawrence Eagleburger era na ocasião o *Under Secretary for Administration*

⁷⁹Na entrevista que nos concedeu Frank Carlucci sublinhou justamente que a equipa foi escolhida por si, destacando a sua opção por Herbert Okun, que havia servido com ele no Brasil, para n.º 2 da Embaixada. Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004

Uma vez organizada a estrutura-base da Embaixada, Carlucci dedicou-se à sua segunda prioridade: conceber um sistema de contactos com dirigentes portugueses de forma a poder avaliar pessoalmente a situação. O próprio diplomata explicou o seu método: «Estabeleci o objectivo de encontrar-me com três dirigentes políticos por dia ao longo dos dois primeiros meses. Defini uma série de almoços e *cocktails* de modo a conseguir avaliar por mim próprio a situação. A ideia era reunir-me com dirigentes de todas as áreas políticas: Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Rosa Coutinho. Apenas excluí os comunistas».⁸⁰ O primeiro líder português a encontrar-se com Frank Carlucci foi Mário Soares e, segundo o relato existente da conversa, este «não podia ter sido mais pessimista»: disse que «o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, era bem conhecido pelas suas ideias comunistas e que o PCP controlava os ministérios-chave, a imprensa, os sindicatos e as posições cimeiras das Forças Armadas; os trabalhadores estavam a tomar contra das empresas, incluindo as americanas, e cooperativas agrícolas estavam a ser estabelecidas em terrenos confiscados».⁸¹ A este respeito, o Embaixador recordou que Soares «descreveu um cenário muito negativo da situação portuguesa» e acrescentou com humor: «Quando ele saiu disse aos meus colaboradores que devíamos voltar para os Estados Unidos».⁸²

As duas prioridades seguintes eram significativas: os contactos com a comunicação social e com a Igreja. Quanto à primeira, Carlucci afirmou posteriormente: «Tornei-me acessível à imprensa, demasiado acessível segundo Washington». Já em relação à segunda disse o Embaixador: «Estabeleci discretamente contactos com a Igreja. Não que alguma vez lhes tenha pedido para fazerem alguma coisa, mas ia falar com o Cardeal Patriarca, almoçava com ele e percebi qual era a visão da Igreja. Pensava que a Igreja era muito importante e na realidade a chamada contra-revolução começou com os padres das aldeias no Norte de Portugal; assim, a Igreja desempenhou um papel importante».⁸³

O último elo do sistema organizado por Carlucci com o intuito de influenciar o curso dos acontecimentos em Portugal consistiu na concepção e implementação de um programa de ajuda no âmbito da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID)

⁸⁰Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004

⁸¹*First Line of Defense: Ambassadors, Embassies and American Interest Aboard*, The American Academy of Diplomacy, Washington D.C., s.d, policopiado, p.3

⁸²Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004

⁸³Interview with Frank C. Carlucci, The Association for Diplomatic Studies and Training, Foreign Affairs Oral History Project, Georgetown University, December 30, 1996, p.3

compreendendo intervenções na área da saúde, como o primeiro sistema de serviços médicos de emergência; no sector da habitação, com um programa de casas sociais; no campo militar, com um projecto para «voltar a profissionalizar as Forças Armadas portuguesas»; e, finalmente, no plano da Administração pública, através da «organização de uma escola de gestão na Universidade Católica».⁸⁴

Todavia, o optimismo moderado que presidiu à chegada de Frank Carlucci a Portugal começou rapidamente a dissipar-se. Logo a 22 de Janeiro, na sequência de uma conversa em Washington com Alan Lukens, João Hall Themido escreveu para o Ministério dos Negócios Estrangeiros que o Embaixador norte-americano partiu «cheio de optimismo», mas «as suas primeiras comunicações traduziam preocupação».⁸⁵

Um dos motivos para a crescente apreensão com a situação portuguesa residiu nas notícias que chegaram a Washington acerca do conflito em torno da “unicidade sindical”, facto que ficou claro num importante diálogo havido a 20 de Janeiro em mais um encontro de Henry Kissinger com o seu *staff* do Departamento de Estado. A questão foi introduzida por Wells Stabler em termos reveladores da perspectiva norte-americana sobre o problema: - «Há outra vez uma dessas confrontações em Lisboa entre o Movimento das Forças Armadas e os Comunistas, de um lado, e os socialistas democráticos e o Partido Popular Democrático, do outro, relativamente ao movimento sindical unitário. Penso que os socialistas e os populares democráticos vão permanecer no Governo. Mas é outra vez uma dessas situações onde há uma constante espécie de viragem à esquerda cada vez que existe uma confrontação». Deixando perceber que em sua opinião o principal problema residia em Vasco Gonçalves e que era ele quem estava por detrás deste conflito, Kissinger, tal como já havia feito por ocasião da tomada de posse do II Governo Provisório, comentou: - «quando Vasco Gonçalves foi nomeado Primeiro-Ministro recebi um telefonema de Espanha, de um cidadão particular, dizendo que ele era um comunista. Mencionei isto em Washington e todos me asseguraram que era». E, sublinhado que já nem sequer fazia diferença saber se essa informação era verdadeira, o Secretário de Estado acrescentou: - «todas as suas acções vão no sentido de contribuir para uma situação onde, ou os comunistas governam, ou tornam-se o elemento-chave num grupo militar que governa». A opinião de Wells Stabler ia no mesmo sentido: - «penso que em todos os casos onde houve uma confrontação ele [Vasco Gonçalves] esteve do lado dos comunistas, isso se não

⁸⁴*Ibidem*

⁸⁵AHD, PEA, n°32, 22 de Janeiro de 1975

motivou mesmo uma viragem ainda mais à esquerda»; já sobre a questão da «unicidade do movimento sindical» frisou que esta era «particularmente séria» uma vez que aquele estava «sob o controlo de Cunhal e dos comunistas». Henry Kissinger estava particularmente pessimista quanto à capacidade do PS fazer frente ao PCP na questão sindical, «ou em qualquer outra», pois Soares era «o tipo clássico de Kerensky, entendendo sempre as coisas com três semanas de atraso». Mas o momento mais revelador da reunião para a compreensão da gradual mudança da opinião norte-americana relativamente a Portugal neste período foi aquele em que a conversa derivou para as possíveis acções que os EUA podiam levar a cabo no País, incluindo a hipótese de recorrer à CIA. Pela sua importância transcrevemos o diálogo então havido:

«Mr. Stabler: - O partido de [Soares] está em má forma. De qualquer maneira, Carlucci está agora a fazer o possível para arranjar uma qualquer solução – há qualquer coisa estranha na atmosfera, estão a falar disso -, um projecto específico que possa começar a ser implementado.

Secretary Kissinger: - Do que está a falar? Refere-se a um projecto da AID?

Mr.Stabler: - Sim

Secretary Kissinger: - Pensava que ia dizer que ele ia utilizar a CIA. Não vamos a esse extremo.

Mr:Staler: - Temos de ir por aí, ainda que através de um projecto específico, utilizando uma parte dos fundos de 10 milhões.

Secretary Kissinger: - Tenho vindo a dizer isso há quatro semanas. Isso não faz qualquer espécie de diferença. (...) Isto não pode ser feito no plano económico. Neste momento, não há uma base económica para tomar estas decisões. Quando diz que ele vai desenvolver um projecto, quanto tempo isso demora?

Mr Stabler: Ele espera ser capaz de o fazer de imediato.

Secretary Kissinger: O que isso quer dizer?

Mr.Stabler: Bem, ele está já em contacto com Soares e a Embaixada tem estado em contacto com os portugueses que são responsáveis por isto (...).

Secretary Kissinger: Ele vai encontrar-se com Costa Gomes?

Mr Stabler: É esse o plano. Frank [Carlucci] espera apresentar as suas credenciais amanhã ou depois

Secretary Kissinger: Por favor, pode dizer ao Frank que o que queremos é celeridade e não brilhantismo económico».⁸⁶

Apesar de não ser possível compreender todo o alcance deste diálogo, uma vez que o documento apresenta partes que foram suprimidas, percebe-se que o Governo norte-americano estava crescentemente preocupado com Portugal e que para isso muito contribuíram os desenvolvimentos no campo sindical, entendido como estando totalmente sob o controlo do PCP. Além disso, Vasco Gonçalves era visto como um aliado objectivo dos comunistas, dando a entender na capital norte-americana que Álvaro Cunhal dominava o Governo Provisório. Acresce que os socialistas não eram percebidos como uma força capaz de fazer frente ao Partido Comunista, ainda que Carlucci estivesse «a fazer o possível para arranjar uma solução». Mas, mais importante de tudo, o Departamento de Estado estava empenhado em agir rapidamente, com Wels Stables a não excluir mesmo possíveis acções clandestinas da CIA.

7. Possível golpe comunista em Portugal

Nos últimos dias de Janeiro e durante todo o mês de Fevereiro as notícias que chegaram aos EUA sobre Portugal elevaram ainda mais a apreensão com um possível desfecho negativo do processo de transição, temendo-se que o PCP pudesse estar à beira de tomar o poder.

A 26 de Janeiro, o Governo dos Estados Unidos recebeu informações dos seus serviços secretos sobre um possível golpe em Lisboa levado a cabo pelos comunistas e por elementos de esquerda do MFA, sendo uma das causas para esta acção de força a questão da “unicidade sindical” pois «o combate do PS e do PPD à legislação laboral deixou os “esquerdistas” nervosos».⁸⁷ Nesse dia, Frank Carlucci recebeu um telegrama de Washington com notícias alarmantes: «o Departamento de Estado tem informações de que o PCP e elementos de esquerda do MFA podem estar a planear levar a cabo um golpe em Portugal contra os elementos moderados para o início da semana seguinte»; acto contínuo, o Embaixador foi instruído para se encontrar «urgentemente» com Costa Gomes, Mário Soares e Vítor Alves e comunicar-lhes a existência destes relatos.⁸⁸

Este dado inédito é especialmente relevante, quer pela natureza da própria informação, quer pelo facto de ela ter sido obtida pelos serviços secretos americanos

⁸⁶«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», January 20, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 6

⁸⁷«Lisbon, 0449, January 27, 1975», FOIA

⁸⁸«Outgoing Telegram, 018428, January 26, 1975», FOIA

em Lisboa, o que demonstra que eles estavam activos no País por esta ocasião. De resto, isso mesmo foi confirmado na reunião de Kissinger com o seu *staff* ocorrida a 27 de Janeiro:

«Mr.Hyland: - Viu a *intelligence* do fim-de-semana sobre Portugal?

Secretary Kissinger: - Sim.

Mr. Hyland: - ...e o golpe. Não temos nada mais do que isso, excepto pequenos tumultos que ocorreram em Lisboa. Mas os relatórios são plausíveis. Parece-me que esta vai ser a semana crítica para Portugal.

Secretary Kissinger: - Bem, nos temos muita *intelligence* lá.

Mr Hyland: - A CIA arranhou este relatório. Não é um mau relatório.

Secretary Kissinger: - Bem, tem alguma sugestão sobre o que podemos fazer.

Mr Hyland: - Penso que está fora das nossas mãos. Provavelmente, falar com Costa Gomes vai ajudar.

Secretary Kissinger: - Bem, nós estamos a fazer isso.

Mr Hyland: - Mas, para além disso, é uma questão da movimentação das forças internas. Não há muito que possamos fazer nesta altura.

Mr Hartman: - O grande evento vai ser essa manifestação do Partido Socialista ... saber se eles [os comunistas] vão tentar impedi-la.

Secretary Kissinger: - Soares não tem nenhuma coragem.

Mr Hartman: - Bem, devo dizer que ele se revelou mais forte do que eu pensava

Secretary Kissinger: - Podem haver pequenos tumultos. Bem, estamos também a falar com Soares?

Mr Hartman: - Sim

Secretary Kissinger: - E Costa Gomes?

Mr Hartman: - Sim – se Carlucci concordar. Não estamos completamente seguros de que ele [Costa Gomes] seja a pessoa certa com quem falar».⁸⁹

Como referimos, este diálogo permite-nos perceber que a CIA estava activa em Portugal neste período e que tinha contactos estabelecidos no interior do País; porém, ele contém igualmente outros elementos relevantes que merecem ser destacados. Primeiro, não obstante os relatórios dos serviços secretos terem algumas sugestões sobre a possível actuação do Governo norte-americano, os seus dirigentes consideravam que não havia muito pudessem fazer para reverter o curso esperado dos

⁸⁹«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», January 20, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 6

acontecimentos. Segundo, Kissinger ainda desconfiava da capacidade de Mário Soares para fazer frente aos comunistas, mas a sua opinião não era partilhada por alguns elementos da sua equipa, nomeadamente por Arthur Hartman, que considerava o líder socialista como alguém com força e, logo, com quem os Estados Unidos deviam manter contacto. Terceiro, Costa Gomes era ainda considerado por alguns elementos da Administração Ford como o interlocutor privilegiado, mas começavam a surgir dúvidas sobre se ele era «a pessoa certa com quem falar», facto em larga medida influenciado por Carlucci que não confiava no Presidente Português; como afirmou posteriormente o Embaixador: «Eu não via Costa Gomes como uma figura forte, apesar de poder ser útil de forma a lidar com os comunistas. Penso que ele não teve um papel construtivo na construção de democracia portuguesa. Não era propriamente um comunista ferrenho, mas certamente não iria opor-se a eles».⁹⁰

No telegrama de 27 de Janeiro, Carlucci respondeu ao seu governo sobre as informações de um possível golpe comunista em Portugal e, sem deixar de referir que alguma coisa podia «rebentar em breve», desvalorizou-as. Para ele, Lisboa estava «presentemente a fervilhar de todos os tipos de rumores» e não havia dúvidas de que a tensão estava «a crescer», porém, era «importante colocar estas tensões e rumores em perspectiva». Segundo o Embaixador, a exacta compreensão da realidade portuguesa passava pela avaliação da posição do MFA pois este era «ainda o elemento crucial da situação»; acrescentando a este respeito: «(A) Apesar da forte influência “esquerdista” no topo da liderança, o MFA não é monolítico; (B) O MFA comprometeu o seu prestígio à realização das eleições; (C) o MFA constitui apenas uma parte, ainda que revolucionária, das Forças Armadas; (D) o MFA pretende guiar a evolução política num futuro indefinido, mas não sabe ainda como fazê-lo». Tudo somado, e após contactos com diversos elementos do Movimento das Forças Armadas, o diplomata concluiu não haver «nenhuma evidência sólida da possibilidade da ocorrência de um golpe». Contudo, comentou a terminar: «alguma coisa pode rebentar em breve. (...) se os extremistas agirem esta semana o cenário mais provável será uma remodelação do Governo na qual Vasco Gonçalves e os seus apoiantes ganham e os moderados perdem».⁹¹

Nesse mesmo dia, e seguindo as instruções recebidas do Departamento de Estado, Carlucci reuniu-se com Mário Soares e Vítor Alves para lhes transmitir as

⁹⁰Entrevista Carlucci, Washington, 26.10.2004

⁹¹«Lisbon, 0449, January 27», 1975, GFL, PCF, Caixa 11

informações recebidas em Washington tendo ambos desvalorizado o seu alcance. O ainda ministro dos Negócios Estrangeiros não deu «crédito aos relatórios relacionados com tentativas de golpe» e sustentou que «face à forte posição defendida pelos socialistas e outros os comunistas iam recuar», acrescentando ainda que «com tantos jornalistas estrangeiros no País e com os olhos do mundo postos em Portugal era improvável que os comunistas tentassem qualquer iniciativa “às claras”». ⁹² Já o ministro sem pasta, admitiu que «tinha ouvido relatos semelhantes àqueles que tinham chegado aos Estados Unidos», mas frisou que «Lisboa estava cheia de rumores naquela ocasião» e que se fosse ligar a todos «não teria tempo para fazer o seu trabalho». Para Vítor Alves o ambiente era parecido com o vivido a 28 de Setembro, onde «uma certa quantidade de indisciplina tinha existido entre os militares», mas sublinhou que «a situação actual não era tão séria como foi em Setembro»; porém, naquele que foi o momento mais importante da conversa, o militar português comentou que «as forças moderadas no Governo português tinham perdido considerável terreno no Outono passado em resultado da política de “esperar para ver” dos EUA». ⁹³

Para último lugar neste conjunto de encontros ficou o Presidente da República pois, segundo o próprio escreveu para o Departamento de Estado, Carlucci estava «relutante em pressionar Costa Gomes». ⁹⁴ Não obstante, e por insistência de Washington, reuniu-se com o general a 28 de Janeiro e transmitiu-lhe as informações recebidas na capital norte-americana sobre o possível golpe comunista, acrescentando acreditar que estas movimentações do PCP se «destinavam a criar um pretexto para o adiamento das eleições». Este dado relativo ao sufrágio, omitido nas conversas com Mário Soares e Vítor Alves, tinha um significado especial pois competia ao Presidente da República marcar a data das eleições para a Assembleia Constituinte; não por acaso, o Embaixador referiu logo em seguida que «o Governo dos Estados Unidos, incluindo o Congresso», estava «solidário com o caminho criado por Costa Gomes» e não desejava que «nada pudesse afastar Portugal desse caminho, especialmente na semana em que o Congresso estava a discutir o programa de ajuda económica a Portugal». O general esforçou-se por desvalorizar as informações afirmando que os EUA tinham que compreender que Lisboa estava «cheia de rumores» relacionados com a natureza da transição em curso, mas também com o facto de «Portugal ser mais dado a rumores do

⁹²«Lisbon, 0456, January 27», 1975, GFL, PCF, Caixa 11

⁹³«Lisbon, 0449, January 27», 1975, GFL, PCF, Caixa 11

⁹⁴«Lisbon, 0456, January 27», 1975, GFL, PCF, Caixa 11

que muitos outros países uma vez que viveu durante muitos anos sob uma ditadura». E, perante a insistência de Carlucci, que não ficou muito convencido da sinceridade de Costa Gomes, este respondeu enfaticamente: - «posso assegurar-lhe que não existe qualquer base para preocupação relativamente a um golpe em Portugal». Todavia, o ponto alto do encontro ocorreu quando o Presidente da República, questionado sobre a marcação para 31 de Janeiro de comícios simultâneos do PS e do PCP, afirmou que «tinha abordado o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, e lhe tinha sugerido que os comícios deviam ser uma iniciativa conjunta» pois «quer os socialistas, quer os comunistas reclamavam que o propósito das manifestações era apoiar o MFA»; neste sentido, para o general os dois partidos deviam realizar «o comício em conjunto» uma vez que isso «podia eliminar a possível violência das ruas». O comentário final de Carlucci sobre estas afirmações de Costa Gomes era esclarecedor da reacção norte-americana a esta visão inusitada: «Não sei se a sua abordagem das manifestações de 31 de Janeiro é ingénua ou extremamente brilhante».⁹⁵

Na realidade, o Presidente português estava a ser crescentemente questionado em Washington. Na reunião de 29 de Fevereiro do *staff de Kissinger*, Arthur Hartman informou os seus colegas que tinha «ficado preocupado com o relatório de Carlucci sobre a sua conversa com Costa Gomes», sobretudo com a sua «ingenuidade ao falar sobre a realização de uma manifestação conjunta entre os comunistas e os socialistas». O Secretário de Estado corroborava agora estas dúvidas, mas curiosamente, questionava igualmente o Embaixador em Portugal, perguntando ao seu responsável pelos Assuntos Europeus se tinha ficado igualmente preocupado com «a ingenuidade de Frank [Carlucci]». Também o papel dos europeus no âmbito da transição portuguesa era contestado por Hartman ao referir a necessidade de um maior envolvimento da sua parte na transição portuguesa: - «penso que devemos querer falar com os europeus e dizer-lhes que eles também têm o dever de influenciar as coisas lá [em Portugal]».⁹⁶

Importa sublinhar que a questão das informações dos serviços secretos americanos relativamente ao possível golpe comunista em Portugal provocou o primeiro de vários atritos entre Carlucci e Kissinger, tratando-se neste caso de saber quem comandava as operações da CIA em Portugal. No dia 28 de Janeiro, o Embaixador escreveu para o Departamento de Estado um telegrama em tons duros:

⁹⁵«Lisbon, 0482, January 28», 1975, GFL, PCF, Caixa 11

⁹⁶«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», January 29, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 6

«Apenas esta manhã vi o alerta de *intelligence*. Não tive qualquer possibilidade de o ver ou comentar antes da sua distribuição em Washington. Desta forma estava completamente às escuras quanto ao que provocou a preocupação do Departamento de Estado. Estou seguro que o Departamento [de Estado] entende que isso me coloca numa posição muito difícil. Só posso ser eficaz ao dar as minhas melhores recomendação para Washington se tiver acesso à informação antes de uma decisão política ter sido tomada. Consistentemente com o forte mandato que o Secretário de Estado me deu, peço a confirmação do Departamento [de Estado] de que vou ter acesso a toda a informação de *intelligence* e uma hipótese de a comentar antes que ela seja distribuída em Washington».⁹⁷

A confirmar o clima de crescente agitação militar que se vivia em Portugal, praticamente em simultâneo com as informações recebidas em Washington acerca de um possível golpe comunista, a Embaixada norte-americana foi contactada por uma personalidade da direita que lhe pediu ajuda para montar um golpe de Estado. Este facto foi relatado por Carlucci para o Departamento de Estado, adiantando que atribuía «importância a esta diligência» uma vez que, segundo as informações obtidas, «o indivíduo envolvido era responsável e competente», ainda que não se soubesse «quem o apoiava e quais as suas hipóteses de sucesso». O Embaixador acrescentou ainda que, em sua opinião, os EUA não deviam ter qualquer envolvimento com os movimentos conspirativos, mesmo que anti-comunistas, e por isso informou o seu governo que «a menos que receba ordens em sentido contrário, vou dizer (...) que não há equipamento americano disponível».⁹⁸

A hipótese de estar em preparação um golpe de Estado de direita foi credibilizada no início de Fevereiro, altura em que a Embaixada foi novamente contactada por um indivíduo pertencente àquela área política a pretexto da operação «Locked Gate» programada para ocorrer nessa ocasião, questionado «insistentemente acerca do exercício da NATO» e «especificamente sobre uma evacuação através de navios americanos». Comentando para Washington mais esta diligência dos círculos ligados à direita portuguesa, Carlucci escreveu que «a sua principal preocupação» não estava «relacionada com a possibilidade da ocorrência de violência inspirada pelos comunistas», mas antes «com uma exequível acção de grupos militares anti-comunistas»; conseqüentemente, desencorajou «qualquer expectativa de assistência por

⁹⁷«Lisbon, 0492, January 28», 1975, GFL, PCF, Caixa 11

⁹⁸«Lisbon, 0552, January 30», 1975, FOIA

parte do Governo dos Estados Unidos» e rematou de modo paradigmático: «não preciso dizer ao Departamento de Estado quais serão os resultados se estivermos ligados sob qualquer forma a um contra-golpe falhado. Nada poderá satisfazer mais o Dr. Cunhal do que isso».⁹⁹

Para agravar o clima de suspeição crescente em Washington acerca do futuro de Portugal, a 1 de Fevereiro, o *The New York Times* noticiou na primeira página que «a União Soviética fez um pedido urgente de facilidades nos portos portugueses para a sua frota de pesca do Atlântico», acrescentando que a informação fora obtida «junto de fontes oficiais portuguesas» para quem «um acordo para conceder as facilidades» constituiria «uma grande brecha na segurança da Aliança Atlântica relativamente ao Mediterrâneo e o Atlântico Sul».

Esta história era detalhada num artigo de Henry Giniger, segundo o qual o pedido de Moscovo foi «transmitido directamente ao departamento de pescas do Ministério da Economia e a partir daí à comissão interministerial para as relações com a URSS presidida pelo Primeiro-Ministro, Vasco dos Santos Gonçalves», tendo surgido «numa altura em que a tendência da política portuguesa parecia estar a mover-se favoravelmente ao Partido Comunista»; estava mesmo «em preparação um tratado» cujas implicações estratégicas eram consideráveis uma vez que «uma possibilidade para a localização da base de pesca soviética era “o porto da Figueira da Foz, a 150 milhas a Norte de Lisboa”, ou seja, muito próximo do comando da NATO em Oeiras» e «há muito tempo que os representantes da NATO suspeitavam que as frotas de pesca soviéticas no Atlântico incluíam barcos equipados com sistemas electrónicos de obtenção de informação».

Em seguida, Giniger relatava as reacções no exterior a esta informação, escrevendo que o Departamento de Estado «estava a tentar obter uma clarificação da situação junto de Lisboa» e «a prestar uma crescente atenção aos problemas portugueses dada a possibilidade de os comunistas ascenderem ao poder num Governo dirigido pelos militares». Já nos meios político-diplomáticos europeus a notícia não suscitava grande crédito não só porque havia a percepção de que «a URSS tinha tentado manter um *low profile* nos assuntos portugueses», mas também porque o «*timing* parecia ilógico» por, na ocasião, Moscovo ter-se mostrado «sensível à luta política em Portugal e o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Gromyko, estar de partida

⁹⁹«Lisbon, 0632, February 4», 1975, GFL, PCF, Caixa 11

para uma visita ao Médio Oriente»; segundo um diplomata europeu ocidental «o relato do pedido soviético de facilidade portuárias a Portugal» podia «ter sido veiculado para virar a opinião pública portuguesa contra os comunistas».

A edição do *The New York Times* incluiu ainda uma análise de Drew Middleton sobre as consequências para a NATO do possível acesso soviético a portos portugueses. Segundo o autor, citando analistas militares norte-americanos e britânicos, estava em causa o «início de uma campanha para estabelecer o poder naval soviético no perímetro de duas áreas marítimas ocidentais vitais» – Mediterrâneo e Atlântico – e, «embora não fosse claro se as intenções soviéticas eram militares ou simplesmente destinadas a causar problemas políticos, o estabelecimento de facilidades navais soviéticas em Cuba, Guiné e Maurícias tinha também começado com o pedido de facilidades para abastecimento das frotas pesqueiras».¹⁰⁰

Independentemente do verdadeiro alcance desta notícia e do seu grau de credibilidade a hipótese de a União Soviética ter pedido facilidades nos portos portugueses para a sua frota de pesca do Atlântico não deixou de preocupar o governo dos EUA. Referindo-se à questão num telegrama enviado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Embaixador português em Washington comentou: «No Departamento de Estado falaram-me neste assunto com alguma apreensão e pediram-me que obtivesse possíveis esclarecimentos pois estão a receber perguntas da imprensa que desejam responder».¹⁰¹

Certo era que, por esta altura, Henry Kissinger já se encontrava profundamente pessimista quanto ao desenlace da transição portuguesa. A 3 de Fevereiro, Secretário de Estado encontrou-se com o Embaixador da RFA em Washington, Berndt Von Staden, e um dos assuntos abordados foi justamente a situação em Lisboa, verificando-se a existência de divergências entre os dois aliados, com o diplomata alemão ocidental «ligeiramente optimistas» e o responsável pela política externa americana francamente descrente numa evolução favorável dos acontecimentos. O diálogo então havido foi claro a este respeito:

«Von Staden: - Finalmente, posso mencionar Portugal. Estivemos a verificar notas com o Departamento de Estado sobre a situação lá e verificámos que estamos ligeiramente mais optimistas. O nosso Embaixador [em Lisboa] falou com Soares numa recepção em honra do Presidente Senghor. Soares estava calmo e não deu a impressão de grande

¹⁰⁰ *The New York Times*, 1 de Fevereiro de 1975

¹⁰¹ AHD, PEA/EEA, nº53, 31 de Janeiro de 1975

preocupação. Ele foi especialmente crítico em relação à actividade de Cunhal na política externa e disse que elas podem conduzir a um conflito entre as grandes potências na Península Ibérica.

Kissinger: - Então Soares não está preocupado. Pergunto-me qual foi a atitude de Kerensky no dia anterior à revolução Bolchevique?

Von Staden: Pode ler o final deste telegrama em alemão?: (“Soares estava cansado, mas calmo e relativamente optimista, apesar da tensão”)

Kissinger: Não tenho bases para refutar isso, mas o meu instinto é que as coisas estão mal em Portugal e a piorar. Porém, a minha resposta é baseada numa analogia histórica. Simplesmente não vejo Soares com as capacidades organizativas para combater simultaneamente os comunistas e os militares». ¹⁰²

E a situação portuguesa foi-se degradando ainda mais, sobretudo à medida que se aproximavam as eleições para a Assembleia Constituinte. A 6 de Fevereiro, a Assembleia do MFA decidiu finalmente institucionalizar o “Movimento”, delegando no Conselho dos Vinte o estudo de propostas concretas para esse fim; porém, a questão não era pacífica mesmo no seio do Movimento das Forças Armadas tendo sido apresentados nessa reunião, pela primeira vez, dois projectos contrários quanto à via para a sua institucionalização, deixando uma vez mais perceber a existência de dois grupos opostos, um mais radical, associado a Vasco Gonçalves, e outro mais moderado, liderado por Melo Antunes.

Onze dias depois, o Conselho dos Vinte apresentou à Assembleia do MFA as suas decisões sobre a institucionalização do “Movimento”, revelando ter concluído pela necessidade de se consultarem os partidos já legalizados sobre alguns pontos desse processo para posterior ratificação pela Assembleia; acto contínuo, foi criada uma comissão destinada a conduzir as negociações com os partidos políticos, composta por Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Pinho Freire, Melo Antunes, Pereira Pinto, Almada Contreiras, Costa Martins e Vasco Lourenço. No final desta reunião, Vasco Lourenço declarou à comunicação social que o Movimento das Forças Armadas, «já institucionalizado através da Junta de Salvação Nacional e dos elementos que tem no Conselho de Estado e também nos ministros do MFA que estão no Governo», estava «na firme disposição de se manter no processo, de uma forma activa, para além da Assembleia Constituinte». ¹⁰³ Ou seja, independentemente da negociação com os

¹⁰²«Memorandum of Conversation», February 3, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 9

¹⁰³Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit., pp.225-26

partidos, o “Movimento” definia a continuação do seu papel como actor preponderante do processo político para além dos resultados da eleição para a Constituinte.

Seguiram-se várias rondas negociais com representantes do PCP, PS, PPD, CDS e MDP, sendo que logo na primeira reunião, ocorrida a 21 de Fevereiro, a “Comissão dos Oito” apresentou uma proposta assente no que ficou conhecido pelos 14 pontos e que, no essencial, veio a materializar-se no futuro “Pacto MFA-Partidos”: «1.Durante um período que virá a ser estabelecido, pretende o MFA a separação entre os poderes militar e civil. O que directamente importa é a sujeição ao Presidente da República da legislação militar. 2.Intervenção controladora do MFA sobre a actividade legislativa do Parlamento e do Governo em relação a certas leis. 3.A nova Constituição deverá estar de harmonia com o programa do MFA. É preciso verificar sob que forma deverá ser garantida, como será ratificada a Constituição e como serão apresentados os trabalhos de modo a tranquilizar o MFA. 4.O Programa Económico deve ser interpretado de forma progressista, isto é de maneira a definir um caminho socializante. 5.O futuro Presidente da República terá que ser da confiança do MFA. 6.O MFA pretende de qualquer forma a participação de ministros militares da sua confiança em futuros Governos. 7.O Governo depende do Presidente da República e não da Assembleia. 8. O estudo da duração do período de transição (3 a 5 anos em princípio). 9.Definição da data em que deverá entrar em vigor a nova Constituição. Poderá não ser data fixa nem estar relacionada com qualquer data. 10.Composição do Governo após as eleições. A ideia de princípio é que não seja alterado. 11.Futura missão das FA definida na Constituição. 12.Prestação obrigatória do serviço militar ou equivalente. 13.Forças militarizadas de dependência a definir.14.Forma como deverá ser institucionalizada a intervenção do MFA na vida pública nacional».¹⁰⁴

A 8 de Março, o Conselho dos Vinte anunciou formalmente a decisão de institucionalizar o MFA no dia 25 de Abril de 1975, sendo esta apresentada como final e «irreversível»; não obstante, acrescentou-se que se iam manter os contactos com os partidos políticos com vista à elaboração da proposta definitiva.

O longo debate acerca da institucionalização do MFA foi acompanhado em Washington que o entendeu essencialmente como um sinal de que as eleições para a Assembleia Constituinte eram irrelevantes. A questão foi mesmo analisada numa reunião de Henry Kissinger com os seus colaboradores do Departamento de Estado e

¹⁰⁴*Idem*, pp.233-34

para os intervenientes não restavam muitas dúvidas de que o alcance último era o de esvaziar o sufrágio:

«Secretary Kissinger: - Qual é a consequência prática desta institucionalização do MFA? Isso significa que as eleições são irrelevantes, certo?

(....)

Mr Hyland: - Esse é o jogo. Fazer a institucionalização do MFA que assim irá presidir sobre todo o País, independentemente do que acontecer nas eleições para a Assembleia Constituinte ou em quaisquer outras subsequentes. A verdadeira questão é quem domina o MFA. E são os “esquerdistas” que o querem institucionalizar.

Secretary Kissinger: - Sim. Mas não é esse o objectivo que os “esquerdistas” em conjunto com os comunistas...

Mr Hyland: - ...Os comunistas querem o MFA institucionalizado porque sabem que vão comportar-se terrivelmente em quaisquer eleições e querem tornar o resultado irrelevante mantendo Gonçalves e os seus apoiantes no poder».¹⁰⁵

Mas ao mesmo tempo que o MFA estava à beira de confirmar formalmente a sua preponderância sobre o processo político português, através da sua institucionalização, agudizavam-se as suas divergências internas. Como vimos anteriormente, estas emergiram logo em Outubro de 1974 a quando da criação do grupo de trabalho destinado a elaborar o chamado «Plano Melo Antunes», mas foram atenuadas pela lentidão na apresentação dos seus resultados; todavia, agravaram-se a partir do momento em que em que o plano foi divulgado publicamente, acentuando-se o processo de ruptura entre as alas “gonçalvista” e “meloantunista” do Movimento das Forças Armadas. Como o próprio Melo Antunes afirmou em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro: «A partir dessa fase da elaboração do plano, nomeadamente a do início de Fevereiro, vão surgir discordâncias entre mim e o Vasco Gonçalves, que representavam a agudização dos conflitos entre aquilo que eu representava e as ideias de certos sectores da esquerda».¹⁰⁶

A 8 de Fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou o «Plano Melo Antunes». Tratava-se de um «Programa de Política Económico–Social» que procurava regular a economia do País através de uma solução gradualista e moderada pois, apesar de contemplar o controlo pelo Estado de alguns sectores da economia - banca e seguros -,

¹⁰⁵«The Secretary’s Principals and Regionals Directors Staff Meeting», February 21, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 6

¹⁰⁶Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes, O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p.140

não previa uma política de nacionalizações nem a reforma agrária, indo assim contra os desejos dos sectores mais radicais do MFA e do PCP.

A reacção destes últimos a um plano que punha em causa a sua revolução não se fez esperar. Segundo o testemunho do próprio Melo Antunes, o plano foi «atacado à esquerda, nas Assembleias do MFA, onde os militares estavam fortemente influenciados pelos sectores da sociedade civil que reclamavam tudo ...e para já», tendo sido lançado sobre ele «o anátema social-democrata e contra-revolucionário»; e o mesmo militar explica o motivo para esta contestação: «O Plano não fazia concessões às nacionalizações, que marcariam uma viragem completa do processo, pretendia apenas um controlo dos grandes grupos económicos, uma economia mista com elementos de socialização, sem esmagar a iniciativa privada ou o pensamento económico, em termos de cultura política».¹⁰⁷

Sintomaticamente, no contexto da aprovação do “Plano Melo Antunes” pelo Conselho de Ministros, assistiu-se a uma radicalização do discurso de Álvaro Cunhal. Primeiro, a 2 de Fevereiro, falando da necessidade das nacionalizações: «Se formos ver as conclusões das comissões, quase todas elas concluíram pela necessidade de nacionalizações. E não apenas nacionalizações. Foi ajuntado alguma coisa mais. Ou seja, que essas nacionalizações somente teriam sentido se fossem sob o controlo, sob a direcção dos trabalhadores. Ora, isto, camaradas, é uma perspectiva de socialismo. E isto não foi apenas afirmado em relação a tal ou tal empresa em dificuldades, mas em relação a muito mais amplos sectores».¹⁰⁸ Depois, no dia 9, colocando «na ordem do dia» a reforma agrária: «(...)na ordem de trabalhos, está inscrito ainda outra assunto mais, e esse assunto adquire, no momento em que vivemos, um profundo significado para os trabalhadores rurais: é a reforma agrária. A liquidação dos latifúndios tornou-se um objectivo profundamente sentido pelas mais amplas massas trabalhadoras. (...) Ao examinar o problema da reforma agrária, a Conferência não o faz como se tratasse de um objectivo distante. Não, camaradas. A reforma agrária está na ordem do dia».¹⁰⁹

¹⁰⁷Cit. em José Manuel Barroso, *Segredos de Abril...*, ob. cit., p.103

¹⁰⁸Álvaro Cunhal, «Discurso de Encerramento da I Conferência Unitária de Trabalhadores», 2 de Fevereiro de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Discursos Políticos, n.º3*, ob. cit. p.73

¹⁰⁹Álvaro Cunhal, «Discurso de Abertura da I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul», 9 de Fevereiro de 1975, *idem*, p.73. Segundo José Manuel Barroso, o «Programa de Política Económico-Social» assinala o início da ruptura do PCP com Melo Antunes; escreveu ele: «Melo Antunes, pelo papel assumido na descolonização e na luta contra Spínola, havia sido um aliado precioso. Mas a sua firme oposição à radicalização do País e, sobretudo naquele momento, às opções para a economia, queridas pelos “gonçalvistas”, tornaram-no um obstáculo difícil ao avanço da revolução, num sentido radical e pró-comunista», José Manuel Barroso, *Segredos de Abril...*, ob. cit, p.101

Praticamente em simultâneo, Vasco Gonçalves pronunciou-se sobre o «Plano Melo Antunes» num discurso proferido no Sabugo, Sintra, considerando-o «um documento de trabalho» no âmbito do qual o MFA devia ter «uma participação activa» de molde a garantir que ele fosse «no sentido segundo o qual foi concebido».¹¹⁰

Estava aceso mais um rastilho do barril de pólvora militar que caracterizou o primeiro trimestre do ano de 1975. A este respeito, importa mencionar que Melo Antunes não tem dúvidas em afirmar que o 11 de Março foi «um pretexto para (...) fazer o Plano desfazer-se em estilhaços».¹¹¹ No mesmo sentido vai o testemunho de Vítor Alves para quem «o 11 de Março foi, entre outras coisas, um pretexto criado para acabar com o Plano Melo Antunes».¹¹²

8.O 11 de Março de 1975: Portugal no centro de Washington

O *climax* da agitação interna nesta fase da transição portuguesa ocorreu com o choque militar de 11 de Março de 1975 que se traduziu numa vitória das forças revolucionárias e na aplicação do seu programa político, mais concretamente no avanço das nacionalizações, na reforma agrária, na consagração em lei da “unicidade sindical”, na institucionalização formal do Movimento das Forças Armadas, na assinatura do I Pacto MFA-Partidos e nas várias tentativas para limitar o alcance das eleições para a Assembleia Constituinte. Em consequência deste «avanço impetuoso da revolução»,¹¹³ e dados os seus reflexos na “guerra fria”, Portugal transformou-se num assunto importante para a política externa norte-americana, passando o País a ocupar um lugar central em Washington.

Ainda que o nosso propósito não seja o de procurar uma interpretação para o 11 de Março, mas sim o de analisar o modo como os Estados Unidos reagiram a esta data fundamental da revolução portuguesa, importa apresentar o seu contexto, os seus desenvolvimentos mais significativos e as diferentes explicações possíveis para o golpe militar “spinolista”.

Neste sentido, cumpre começar por destacar que o 11 de Março surgiu na sequência do contexto golpista iniciado logo em Janeiro de 1975, sendo possível identificar três motivos primordiais para a origem deste ambiente e sua posterior escalada, como sejam o acordo sobre a independência de Angola, o “Plano Melo

¹¹⁰Vasco Gonçalves, *Discursos, Conferências, Entrevistas*, Lisboa, Seara Nova, 1977, pp.110-11

¹¹¹Cit em José Manuel Barroso, *Segredos de Abril...*, ob. cit., p.103

¹¹²Entrevista Vítor Alves, Lisboa, 7.12.2005

¹¹³Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, Lisboa, Avante!, 2ª edição, 1994

Antunes” e, sobretudo, a aproximação das eleições para a Assembleia Constituinte. Em consequência deste clima, assistiu-se à emergência de várias estratégias ofensivas que convergiram momentaneamente em dois pólos: Spínola, que congregou uma parte dos oficiais “spinolistas”, alguns sectores conservadores das Forças Armadas e a extrema-direita político-militar; a ala mais à esquerda do MFA, que agregou os “gonçalvistas”, o PCP e facções da extrema-esquerda.

Como referimos anteriormente, desde o início de Janeiro que Spínola tentava ressurgir no processo político, tendo mesmo definido um plano de intervenção assente em dois pilares: um golpe de força para a tomada do palácio de Belém, acompanhado por acções ofensivas de unidades militares como os comandos, os pára-quedistas e a Escola Prática de Cavalaria; o controlo das principais unidades militares. Acresce que, na semana de 3 a 8 de Março, os “spinolistas” conheceram uma importante vitória nas eleições para a Assembleia do MFA que se realizaram nos Conselhos de Armas e Serviços do Exército e que elegeram oficiais como Freire Damião e Soares Monge em detrimento de Melo Antunes, Franco Charais e Otelo Saraiva de Carvalho.¹¹⁴

Em simultâneo, assistiu-se a importantes desenvolvimentos entre os grupos de extrema-direita exilados em Espanha com a criação a 6 de Janeiro do Exército de Libertação Português (ELP) cujo propósito último era o de desencadear um golpe de Estado em Portugal. Para esse efeito, o ELP propunha-se, numa primeira fase, «criar um clima de insegurança pelos seguintes meios: terrorismo selectivo, rapto de embaixadores, sabotagens; campanha de descrédito sobre personalidades do MFA, quer por meio de propaganda escrita, quer por via rádio a partir de emissores móveis instalados em território espanhol».¹¹⁵

Todas estas movimentações eram do conhecimento do MFA que cedo se começou a preparar para um golpe de Estado. Deste modo, a 17 de Fevereiro realizou-se uma importante reunião entre os membros da JSN, a Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, o comandante-adjunto do COPCON, o comandante da Região Militar do Porto (RMP), brigadeiro Esmoriz, e o seu chefe de Estado-Maior (CEM), Coronel Eurico Corvacho, onde foi divulgada a existência de «uma organização revolucionária direitista» cujo objectivo era «o derrubamento do regime português», contando para o efeito «com largo apoio financeiro, com a cumplicidade oficiosa das

¹¹⁴Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob.cit., p.223

¹¹⁵Manuel A. Bernardo, *Equívocos e Realidades, Portugal 1974-1975*, Lisboa, Nova Arrancada, 1999 p.53

autoridades espanholas e com grupos de elementos da ex-LP e da ex-DGS». Ainda de acordo com o mesmo relato, feito por Eurico Corvacho, a organização em causa era o ELP, os seus elementos civis «estavam perfeitamente identificados e controlados», as «suas actividades vigiadas» e sabia-se mesmo que tinha sido «contactada por um oficial de Lisboa que pretendia obter o seu apoio para um golpe militar contra-revolucionário a efectuar no Sul (...) onde contaria «com elementos da PSP, GNR, ex-DGS e diversas Unidades, entre as quais uma Base Aérea (Monte Real)», (...) e a «garantia de encerramento da fronteira pelas autoridades espanholas». Finalmente, foi dado a conhecer que «a rebelião seria encabeçada pelo triunvirato Spínola-Kaúlza-Galvão de Melo e teria estado marcada para 17, tendo sido adiada para permitir a tentativa de apoio do ELP, devendo ocorrer até 26 de Fevereiro».¹¹⁶

Na manhã de 28 de Fevereiro efectuou-se uma nova reunião de responsáveis do MFA durante a qual Eurico Corvacho informou que «muito em breve se ia desencadear o golpe militar contra-revolucionário», acrescentando mesmo que «nele estaria integrado um ataque aéreo ao RAL 1 onde seria instalada, pelos revoltosos, uma metralhadora anti-aérea para fornecer aos aviões o pretexto necessário para a realização do bombardeamento».¹¹⁷

A partir do início de Março o clima conspirativo conheceu o seu auge com a existência diária de informações, bem como de contra-informações, relativas ao desencadear do golpe militar. No dia 3, o diário *A Capital* transcreveu um artigo da revista “marxista-leninista” alemã ocidental, *Extra*, segundo o qual «a CIA» planeava um «golpe em Portugal ainda antes do fim de Março» com o objectivo de promover a «guerra civil» e «a eliminação ou o rapto de Otelo Saraiva de Carvalho»; para o efeito «o SPD» e o «Embaixador da RFA», Fritz Caspari, estariam «a colaborar com a CIA e Frank Carlucci», sendo o propósito último «derrubar o governo português». Não obstante a notícia ter sido prontamente desmentida pelos visados, a 6 de Março, a

¹¹⁶*Idem*, pp.52-53

¹¹⁷*Idem*, pp.54. Sobre o conhecimento que o MFA tinha das movimentações dos “spinolistas” e da extrema-direita político-militar refira-se ainda o testemunho dado por Rosa Coutinho a Josep Sanches Cervelló: «Tínhamos consciência do que estava a acontecer e acompanhámo-lo desde o primeiro momento. Sabíamos que iam fazer um levantamento, desconhecíamos a data, mas sabíamos a forma e a maneira como iria suceder, e não quisemos actuar de maneira preventiva porque no 28 de Setembro quando o fizemos, em vez de lhe chamarem intentona, a direita chamou-lhe “inventona”. Agora não queríamos que acontecesse o mesmo, desejávamos que actuassem porque sabíamos que os neutralizaríamos. Cit. em Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob.cit., p.223

revista francesa *Témoignage Chrétien* revelava que Spínola tinha recebido luz verde do Embaixador dos EUA para preparar um golpe de Estado em Portugal.¹¹⁸

Curiosamente, nesse mesmo dia, apesar das constantes notícias que o implicavam num possível golpe perpetrado pelos “spinolistas”, Frank Carlucci enviou para Washington uma extensa «avaliação pré-eleitoral» num tom moderadamente optimista e, mesmo considerando que «uma tentativa de golpe da direita» era «uma possibilidade real», acrescentava que ele não tinha «muitas hipóteses de sucesso». A apreciação da situação em Portugal partia de conversas mantidas pela Embaixada «com suficientes líderes moderados, quer militares, quer civis» e concluía que «as forças moderadas estavam finalmente na ofensiva em Portugal», podendo-se dizer «com razoável confiança que elementos estabilizadores estavam a emergir na dinâmica política portuguesa nas últimas três semanas». Para o diplomata, esta tendência positiva ocorria devido à «reação dos militares moderados aos excessos óbvios», ao «criticismo, para não dizer desdém, internacional» e à «emergência de partidos políticos não comunistas como uma força independente capaz de estar em pé de igualdade nas negociações com o MFA acerca da institucionalização deste último»; porém, o seu «factor cristalizador» era «a luta sobre a lei da “unicidade sindical” que afastou os socialistas dos comunistas e permitiu a Costa Gomes fazer o discurso público de anúncio da realização das eleições». E havia mesmo outros «desenvolvimentos positivos» a destacar, incluindo: «a emergência de um Programa económico (...) que, embora abusando de considerável retórica socialista, continha também um papel imediato para o sector privado»; «o movimento firme do processo eleitoral, apesar dos esforços do Partido Comunista e dos seus aliados para as atrasar ou adiar»; «a crescente confiança nos partidos políticos democráticos de que o MFA está realmente a dialogar com eles sobre a questão da institucionalização, bem como a noção de que existe flexibilidade [do MFA] e que um compromisso aceitável pode surgir».

Todavia, o telegrama prosseguia com um aviso de que «o equilíbrio» era «muito frágil», havendo mesmo o perigo de «uma tentativa de golpe de Estado da direita» ou «da escalada da campanha de violência por parte da extrema-esquerda». Em relação ao primeiro problema, Carlucci escreveu: «uma tentativa de golpe da direita é ainda uma possibilidade real, apesar de os conspiradores mais sérios terem estado em suspenso durante um mês e Spínola negar o seu envolvimento. Existem várias formas que um

¹¹⁸Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, 1º volume, ob. cit., p.374; Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob.cit, p.186

golpe pode tomar, desde purgas até uma completa tomada do poder. O *country-team* não dá a um golpe real muitas hipóteses de sucesso. Particularmente se Spínola não participar. Mesmo se ele for bem sucedido em derrubar a actual liderança do MFA, a direita terá dificuldades em governar o País no longo prazo». Já em relação ao segundo «perigo», o Embaixador referiu que, uma vez que era «provável que o Partido Comunista Português» saísse «enfraquecido das eleições livres» podia «procurar tentar tirar vantagem de uma campanha de violência levada a cabo pela extrema-esquerda», podendo mesmo «decidir apoiar secretamente esse esforço»; para agravar, havia uma «fragmentação da esquerda», estando «o PCP a ser atacado tanto pela esquerda como pela direita» e, logo, «a perder prestígio», o que podia levar os comunistas a «decidirem mudar para uma estratégia de maior risco e tentar polarizar a situação» através de táticas que podiam incluir «agitação para aliciar a direita a uma acção precipitada ou, previsivelmente, esforços para galvanizar a esquerda através de alguma forma de violência contra ela». E o diplomata concluiu afirmando de forma categórica que «as táticas perturbadoras da extrema-esquerda são ... o maior perigo a curto prazo para Portugal».¹¹⁹

Este documento enviado por Carlucci para o Departamento de Estado a 6 de Março, ou seja, nas vésperas do choque militar, apresenta vários elementos que permitem extrair importantes conclusões. Em primeiro lugar, face à avaliação moderadamente optimista da evolução dos acontecimentos e às poucas hipóteses de sucesso atribuídas a um golpe perpetrado pela direita, eram pouco verosímeis as notícias que implicavam o diplomata norte-americano no movimento conspirativo dos “spinolistas”. Em segundo lugar, a Embaixada considerava como mais provável, não um golpe de direita, ainda que este não fosse excluído, mas um aumento da violência levada a cabo pelos comunistas ou pela extrema-esquerda, o que, face aos acontecimentos ocorridos poucos dias depois, revelava um défice de informação acerca do planeamento dos militares afectos a Spínola. Finalmente, o Embaixador não excluía a hipótese de uma provocação por parte do PCP para aliciar a direita a agir.

Mas imediatamente após o envio deste telegrama para Washington, os acontecimentos precipitaram-se. Apenas dois dias depois, começaram a circular informações atribuídas aos serviços secretos espanhóis e franceses de que estava em marcha a operação «Matança da Páscoa» com o objectivo de neutralizar quinhentos

¹¹⁹«Lisbon, 1238, March 6, 1975», FOIA

oficiais do Quadro Permanente e mil civis que lhe eram fiéis – era o rastilho final para o choque militar.¹²⁰

Confrontado com as notícias sobre a Matança da Páscoa, na madrugada de 11 de Março Spínola decidiu finalmente dirigir-se à Base Aérea nº3, em Tancos, para desencadear o golpe militar há muito em preparação. Contudo, o general rapidamente se apercebeu da fragilidade do plano de operações que consistia apenas num ataque aéreo de forças pára-quedistas ao RAL 1, no aliciamento da PSP e da GNR, na realização de voos de intimidação sobre Lisboa e na destruição das antenas da Emissora Nacional; previa-se ainda a participação da EPC de Santarém e do Regimento de Comandos que acabaram por recusar participar.¹²¹

As movimentações militares subsequentes são conhecidas e não oferecem grande controvérsia: às 11h45 aviões da Base Aérea nº3 atacaram o RAL 1 que, praticamente em simultâneo, foi cercado por tropas pára-quedistas do Regimento de Caçadores pára-quedistas sob o comando do major Mensurado; à mesma hora, pequenos grupos de oficiais “spínolistas” procuraram controlar o comando da GNR e as antenas do Rádio Clube Português de Porto Alto e Monsanto; às 12h05, as tropas do RAL 1 tomaram posições de combate e ocuparam os prédios em frente ao quartel enquanto o COPCON iniciou movimentações para neutralizar o golpe e ocupou o aeroporto de Lisboa; às 12h45, através de contacto telefónico, Spínola tentou mobilizar a EPC e o Regimento de Comandos que se recusaram a participar na acção militar; ainda no final da manhã surgiram os primeiros apelos à mobilização popular por parte

¹²⁰Sobre o episódio da «Matança da Páscoa» é relevante citar o testemunho do comandante Jorge Braga, um elemento dos grupos de direita exilados em Espanha. Contou ele a Josep Sánchez Cervelló: «Depois do 28 de Setembro instalei-me em Alcalá de Henares, onde Agostinho Barbieri Cardoso me ensinou a trabalhar em informações, dedicando-me a fazer fichas de comunistas. No dia 8 vieram buscar-me para assistir com urgência a uma reunião que se realizava em Madrid, na residência de Barbieri Cardoso na Calle Juan Bravo. Quando cheguei já estavam reunidos ele, Jorge Jardim, o primeiro – tenente Rolo, Nuno Barbieri e o eng. Santos e Castro. Este último disse-nos que o presidente Arias Navarro o tinha informado de que iria dar-se a Matança da Páscoa, em que iriam ser executados muitos homens e mulheres, e mostrou uma lista. O problema que se nos levantou foi o de procurar uma maneira rápida e eficaz de actuar. Todos os presentes tínhamos conhecimento desfasado do que estava a acontecer em Portugal, porque o último a deixar o país tinha sido eu e já há quatro ou cinco meses. A seguir concordámos que fossem a Portugal dois oficiais informar-se, e que partiram imediatamente. Cit. em Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.224

¹²¹A respeito da fragilidade do plano de operações importa citar o testemunho de Alpoim Calvão: «Quando cheguei a Tancos já era cerca de meia-noite. Havia muita gente e fui dar com uma desorganização total, não porque o general Spínola não tivesse dado nenhuma ordem, mas sim porque lhe haviam dito que estava tudo preparado. De tal modo que às três da madrugada o general Spínola se virou para mim e me disse: “Afinal não há nenhum plano”. Respondi-lhe: “Se não há, vamos fazê-lo”. O nosso objectivo consistia em neutralizar as estações de rádio e da TV e atacar o RALIS, que era a base revolucionária, o que se faria através de meios helitransportados. Contávamos também com uma cobertura aérea, que só foi feita em parte, Mas fez-se tudo com grande precipitação». Cit. em *Ibidem*

da Intersindical, sendo levantadas as primeiras barricadas nas estradas de Vila Franca e Setúbal e organizados piquetes de trabalhadores em locais estratégicos como Bancos e Emissora Nacional; às 14h40, as forças pára-quedistas levantaram o cerco ao RAL 1; às 14h45, Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho difundiram mensagens para declarar o falhanço da tentativa de golpe; às 17h, renderam-se os elementos que se haviam revoltado no comando da GNR; às 19h, segundo um telegrama da Agência *France Press*, Spínola chegou à base aérea de Talavera La Real, em Badajoz.¹²²

Mais importante do que os acontecimentos, apresentados aqui de forma muito resumida, são as possíveis explicações para este golpe militar de Spínola, havendo neste campo três interpretações dominantes: a do 11 de Março como uma armadilha das forças revolucionárias, sobretudo o PCP, para afastarem definitivamente os “spinolistas” e avançarem mais rapidamente com a sua revolução; a do 11 de Março como uma acção da direita militar, liderada por oficiais fiéis a Spínola, para entregar o poder ao general; a do 11 de Março como uma acção preparada por ambos os lados.

A primeira interpretação foi sintetizada por Josep Sánchez Cervelló e corroborada por diversos testemunhos. Para o historiador catalão, «o 11 de Março foi o resultado de uma dupla vontade», por um lado, «a do PCP em libertar-se de um sector político-militar que o impedia de prosseguir a revolução», por outro, «a da extrema-esquerda impaciente por actuar e recuperar o protagonismo social que tinha perdido desde a queda da ditadura». Ainda segundo Cervelló, os comunistas eram quem mais tinha a ganhar com os acontecimentos pois necessitavam de «ultrapassar o impasse governamental fortalecendo de novo a aliança entre os moderados e os gonçalvistas, que se uniram novamente perante o inimigo comum; tinham de afastar «do MFA os “spinolistas” que boicotavam o avanço do processo»; precisavam de criar «uma nova correlação de forças que garantiria a realização de transformações sociais profundas», como as «nacionalizações, a reforma agrária», entre outras, «prescindindo-se do Plano Económico de Melo Antunes»; finalmente, conseguiam o reconhecimento constitucional do MFA, «colocando-o como árbitro indiscutível do processo» e

¹²²Uma boa cronologia dos acontecimentos pode ser encontrada em Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob.cit., pp.190-92. Para uma análise mais aprofundada do 11 de Março ver, em especial, Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit., p.258; António José Telo, *História Contemporânea de Portugal, Do 25 de Abril à Actualidade*, Vol I, Lisboa, Editorial Presença, 2007

garantiam a condução da «descolonização de Angola para posições mais favoráveis ao MPLA».¹²³

Esta explicação, segundo a qual o 11 de Março resultou essencialmente de uma armadilha montada para obrigar o general a agir, foi corroborada por testemunhos de vários protagonistas dos eventos. Como já mencionámos anteriormente, para Melo Antunes e Vítor Alves o choque militar foi preparado pelo PCP e as alas mais à esquerda do MFA para acabar com o «Plano Melo Antunes»; já Costa Gomes afirmou a Maria Manuela Cruzeiro que «o general Spínola caiu numa autêntica emboscada...».¹²⁴ E muito recentemente, nas suas memórias, Zita Seabra implicou directamente o PCP na “armadilha” do 11 de Março, explicando que os seus motivos se prendiam essencialmente com a necessidade de travar a realização das eleições para a Assembleia Constituinte.¹²⁵

Em sentido exactamente oposto vai a segunda interpretação que foi avançada, por exemplo, por Álvaro Cunhal para quem o 11 de Março foi «um *putsch*» levado a cabo por Spínola através do qual «assumiria o poder, proclamaria o estado de sítio, suspenderia as liberdades democráticas, adiaria as eleições para a Assembleia Constituinte marcadas para Abril e anunciaria para Novembro eleições, nas quais, o povo português escolheria, de uma só vez, o Presidente da República, a Constituição (...), o Programa de Governo (...) e os deputados para a Assembleia Nacional».¹²⁶

Curiosamente, esta versão que atribuía a exclusiva responsabilidade do golpe militar a Spínola e aos grupos de direita que o rodeavam e ilibava o PCP da conspiração foi perfilhada por Frank Carlucci no telegrama enviado a 14 de Março para o Departamento de Estado, ainda que atribuindo um significado diferente quanto aos motivos do general. Neste importante documento, o diplomata relatou o conteúdo da conversa que o adido aeronáutico da Embaixada manteve com Mendes Dias, à época Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), destacando que o militar português não tinha dúvidas de que o 11 de Março «era parte de uma conspiração premeditada da direita para derrubar o Governo existente». E Carlucci corroborava esta opinião, escrevendo nos comentários finais do telegrama: «A tentativa de golpe foi um erro tão mau e os comunistas reagiram tão rapidamente que alguns jornalistas estrangeiros estão

¹²³Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.227

¹²⁴Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...*, ob.cit., p.276

¹²⁵Zita Seabra, *Foi Assim*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2007, p.264

¹²⁶Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril, A Contra-Revolução Confessa-se*, Lisboa, Avante!, 1999, p.173

a trabalhar na teoria de que ele foi estimulado, ou mesmo organizado, pelos comunistas. A Embaixada considerou esta possibilidade desde o início, mas não o reportou porque isso atribui maior capacidade organizativa aos portugueses, mesmos os comunistas, do que nós pensamos que eles têm. Nem esta teoria cabe nos factos que nós temos. Considero a afirmação de Mendes Dias a confirmação de que a tentativa de golpe foi genuinamente da direita».¹²⁷

Também a CIA atribuía a autoria do golpe militar a grupos de direita uma vez que «as unidades envolvidas – os pára-quedistas de Tancos, e, possivelmente, elementos da Escola de Cavalaria de Santarém e dos comandos da Amadora – foram referenciados em relatórios anteriores como preparados para oferecer apoio a várias conspirações de direita»; não obstante, a Agência não excluía por completo a hipótese de ter havido uma provocação da esquerda, escrevendo no memorando elaborado ainda a 11 de Março que, embora não existisse «nenhuma evidência», outra possível explicação para o evento era a de que «as unidades militares foram provocadas a agir por elementos “esquerdistas” receosos do ressurgimento dos moderados que se tornou evidente nos dias recentes».¹²⁸

Finalmente, a terceira interpretação possível para o 11 de Março foi avançada por Pedro Cardoso para quem o choque militar resultou de uma acção preparada em simultâneo por ambos os lados. Segundo escreveu o então responsável pela Divisão de Informações do EMGFA: «(...)quando se esclareceu a situação veio a saber-se que o 11 de Março foi preparado por ambos os lados, sendo difícil de determinar qual dos lados foi o agente motor e qual dos lados actuou por estímulos bem determinados em relação ao temperamento, às ambições e à estabilidade psíquica de determinadas personalidades para provocar a acção».¹²⁹ De acordo com esta análise, que à luz das informações disponíveis actualmente afigura-se-nos como a mais plausível, o 11 de Março foi a consequência de sucessivas provocações levadas a cabo quer pelos “spínolistas” e os grupos de direita político-militar, quer pelas forças “revolucionárias” com destaque para os comunistas, a extrema-esquerda e o sector “gonçalvistas” do MFA.

Independentemente do que realmente se passou a 11 de Março, as suas consequências foram de monta e de significado inequívoco. Tal como Carlucci previu nesse mesmo dia o avanço conseguido pelos “moderados” desde o início do ano foi

¹²⁷«Lisbon, 1436, March 14, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹²⁸«Coup Attempt in Portugal», CIA, Memorandum, 11 March, 1975. www.foia.cia.gov

¹²⁹Cit. em Eduardo Dâmaso, *A Invasão Spínolista*, Lisboa, Fenda Edições, 1997, pp.23-24

travado e a esquerda revolucionária fortaleceu-se, adquirindo o controlo do processo político; escreveu o embaixador no telegrama enviado para o Departamento de Estado: «Seja qual for a composição, a origem e a motivação da tentativa falhada de golpe, o resultado só poderá ser o fortalecimento da esquerda. E o lamentável é que tenha acontecido quando os moderados começavam a mostrar alguma força política. A principal questão agora parece ser qual vai ser o alcance da deriva para a esquerda do governo português».¹³⁰

A nova correlação de forças traduziu-se logo na Assembleia do MFA ocorrida na madrugada de 11 para 12 de Março (a «Assembleia Selvagem») que «representou a ascensão inequívoca dos “gonçalvistas” no aparelho do Estado».¹³¹ Através da sua actuação organizada, a ala liderada por Vasco Gonçalves e muito próxima dos comunistas fez aprovar durante a reunião três pontos fundamentais para o avanço da revolução: um amplo programa de nacionalizações, pondo um fim definitivo ao «Plano Melo Antunes»; a reforma agrária, através da expropriação das grandes propriedades do Sul do País; a institucionalização do Movimento das Forças Armadas, com a formação do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA.¹³² Todavia, por acção de Costa Gomes que fez aprovar uma moção reafirmando a realização das eleições dentro do prazo previsto no Programa do “Movimento”, os “gonçalvistas” falharam o objectivo essencial de adiar o sufrágio para a Constituinte.

A primeira decisão da «Assembleia Selvagem» a ser implementada foi a institucionalização do MFA, logo a 14 de Março, através da aprovação da Lei 5/75 que consagrou a criação do Conselho da Revolução (CR) e da Assembleia do MFA (AMFA). O CR era a cúpula do novo poder político-militar e representava o controlo da revolução por parte do MFA, muito em especial pelos “gonçalvistas” que garantiam a maioria dos seus membros e, através destes últimos, pelo PCP; absorvia a JSN, o Conselho de Estado, a Comissão Coordenadora e o Conselho dos Vinte, que foram extintos, e abrangia uma ampla capacidade de intervenção, com poderes constituintes, fiscalizadores e de controlo da acção legislativa do Governo (até então pertencentes ao Conselho de Estado), com poderes de vigilância pelo cumprimento do Programa do MFA, das leis constitucionais e de conselho do Presidente da República (que herdou da JSN) e amplos poderes militares, cabendo-lhe o governo das Forças Armadas

¹³⁰ «Lisbon, 1333, March 11, 1975», FOIA

¹³¹ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.228

¹³² António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob.cit., pp.126-27

(anteriormente da responsabilidade do Conselho dos Chefes de Estado-Maior).¹³³ Já a AMFA absorvia a anterior «Assembleia dos Duzentos» que era alargada para 240 membros de molde a abranger sargentos e soldados, cabendo-lhe fiscalizar e acompanhar as acções do CR, apresentando propostas para consideração.

O processo de constituição do Conselho da Revolução foi paradigmático da nova balança de poderes e, simultaneamente, das divisões que existiam no MFA desde finais de 1974. Por imposição dos “gonçalvistas”, elementos “moderados” como Melo Antunes, Vítor Alves e Vítor Crespo foram inicialmente afastados, sendo apenas incluídos a 21 de Março após a ameaça feita por Vítor Crespo de intervenção das tropas que comandava em Moçambique;¹³⁴ acto contínuo, como veremos mais à frente, começaram a definir-se as três correntes em que se dividiu o “Movimento - “gonçavista”, “meloantunista” e “otelista” –, aspecto que foi determinante no período crucial da transição portuguesa.

Sob o comando dos elementos afectos a Vasco Gonçalves, em aliança com o PCP, o processo revolucionário radicalizou-se e no sentido preconizado pelos comunistas. Logo na sua primeira reunião, realizada ainda a 14 de Março, o Conselho da Revolução decidiu nacionalizar a banca e os seguros, iniciando um processo que culminou na nacionalização de mais de metade da capacidade produtiva do País; no dia seguinte, o CR aprovou as bases gerais dos programas de medidas económicas de emergência que incluíam, entre outros, um Programa de Reforma Agrária; praticamente em simultâneo, a Intersindical era confirmada como única central sindical; já em Abril, o Movimento das Forças Armadas impunha aos partidos políticos a assinatura de uma

¹³³O Conselho da Revolução era composto por 29 membros: 7 ex-membros da JSN: Costa Gomes, Carlos Fabião, Fisher Lopes Pires, Mendes Dias, Pinho Freire, Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho; 7 ex-membros da CCP: Franco Charais, Pinto Soares, Vasco Lourenço, Almada Contreiras, Miguel Judas, Canto e Castro e Pereira Pinto; 5 representantes do Exército: Pezarat Correia, Ferreira de Sousa, Sousa e Castro, Ferreira de Macedo e Marques Júnior; 2 representantes da Armada; Martins Guerreiro, Ramiro Correia; 2 representantes da Força Aérea: Costa Neves e Graça Cunha; 4 ex-membros da primeira CCP: Melo Antunes, Vítor Alves, Costa Martins e Vítor Crespo; o 1º ministro: Vasco Gonçalves; o comandante COPCON: Otelo Saraiva de Carvalho. Para uma análise exaustiva do Conselho da Revolução, ver, muito em especial, Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit.

¹³⁴A este respeito, contou Vítor Crespo a Cervelló: «Tentaram afastar-nos constituindo uma direcção comunista, diferente da que era tradicional no Movimento, sem tentar convergências, com o pretexto de que quem estava empenhado em tarefas administrativas não podia exercer outra acção política. Assim tentaram livrar-se de Melo Antunes, de Vítor Alves e de mim, que estava em Moçambique como Alto-Comissário. Eram ingénuos, porque eu em África tinha mais poder militar do que eles aqui. A força que eu comandava estava organizada, enquanto o seu exército não. Para os pressionar concentrei em Moçambique três aviões 747 e dois 707, o que me permitia trazer para Portugal forças suficientes para controlar a situação. Assim, voltaram a integrar-nos no CR», cit. em Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob.cit., p.228

Plataforma de Acordo Constitucional (o I Pacto MFA-Partidos) que visava reduzir o alcance das eleições para a Assembleia Constituinte.

Era a concretização de quase todos os «objectivos fundamentais» do programa político do PCP e das suas reivindicações, consumando-se o «avanço impetuoso da revolução». Segundo o próprio Álvaro Cunhal, «Com o 28 de Setembro e o 11 de Março, até à grande ofensiva contra-revolucionária desencadeada no Verão de 1975, o movimento operário e popular de massas faz avançar impetuosamente o processo revolucionário»; e o líder do PCP remata de modo categórico: «(...)a maior parte dos objectivos indicados no Programa do Partido foram alcançados pela Revolução».¹³⁵

Num extenso telegrama enviado para o Departamento de Estado no dia 13 de Março, Frank Carlucci fez a sua avaliação das implicações do golpe militar. Nele, começou por escrever que o fracasso spinolista ia «desmembrar a extrema-direita e enfraquecer seriamente o centro moderado» e acrescentou que «os radicais do MFA» iam «retirar grandes dividendos», restando apenas esperar que não fossem «decisivos». Quanto aos partidos políticos, não duvidava de que eles «foram feridos, talvez fatalmente, com a excepção dos comunistas»; de resto, «a maioria dos militares portugueses» estava «desconfortável com a emergente vida política do País» podendo «aproveitar a oportunidade para reduzir o seu peso, ou mesmo banir alguns partidos», como «muito provavelmente o CDS». Por estes motivos, o Embaixador considerava o cenário «sombrio», tendo o 11 de Março aumentado «consideravelmente a probabilidade de Portugal passar a ter um governo militar, baseado em políticas populistas, com conotações fortemente pró-comunistas, procurando apoio internacional no terceiro mundo e, pelo menos, minimizando as ligações à NATO». Todavia, o diplomata acreditava que a situação «não era irreversível», havendo ainda alguns «aspectos positivos», como o facto de «a posição de Costa Gomes ter sido reforçada» pois, embora este «não fosse um cavalo de batalha» era «um líder seguro e respeitado» que devia «aconselhar moderação». Tudo somado, Carlucci recomendava que os EUA fizessem «todos os possíveis para limitar a inevitável viragem à esquerda», devendo começar por «reafirmar publicamente a continuação do programa de auxílio económico» que, em sua opinião, era a «mais útil ferramenta até à data». E o responsável pela diplomacia norte-americana em Lisboa concluía de forma esclarecedora: «vai ser um processo difícil e gradual uma vez que a Embaixada perdeu

¹³⁵ Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa...*, ob.cit., p.189

uma parte da sua credibilidade ao alertar para um possível golpe comunista quando, de facto, o golpe foi desencadeado pela extrema-direita. (...) Vamos precisar de todas as alavancas a que conseguirmos deitar as mãos nas semanas e meses seguintes.¹³⁶

Enquanto Carlucci considerava o «cenário sombrio» mas com «aspectos positivos», o Departamento de Estado estava já definitivamente convencido que Portugal era um País dominado pelos comunistas e, logo, um problema susceptível de afectar os equilíbrios globais da “guerra fria”. Consequentemente, os assuntos portugueses tornaram-se relevantes para a política externa norte-americana e a Administração Ford passou a dedicar uma atenção sem precedentes à revolução conduzida em Lisboa.

O testemunho do então Embaixador português em Washington é revelador da importância que o País adquiriu a seguir ao golpe de Estado falhado. Escreveu João Hall Themido nas suas memórias: «A Revolução portuguesa, evoluindo mal, passou a ser uma preocupação para os Estados Unidos e, nessa exacta medida, a importância de Portugal aumentou ou, melhor dizendo, o nosso país tornou-se “visível”. Desta forma, passei a ser alvo de atenção e a dispor de uma capacidade de actuação que excedia em muito o peso político de Portugal. As minhas idas ao Departamento de Estado passaram a ser frequentes e durante o gonzalvismo foram raras as semanas em que não entrasse no gabinete de Kissinger, não conversasse com ele em encontros casuais ou não me avistasse com alguns dos seus colaboradores mais próximos, designadamente com Arthur Hartman, Helmut Sonnefeldt e Rober McCloskey.¹³⁷

No próprio dia 11 de Março, ocorreu um episódio que, não obstante a sua aparência caricata, adquiriu relevância e contribuiu para acentuar o pessimismo na capital norte-americana. Durante a conferência de imprensa destinada a avaliar o golpe militar, Otelo Saraiva de Carvalho implicou directamente o Embaixador dos EUA nos acontecimentos e não só afirmou não poder garantir a sua segurança, como o aconselhou a abandonar Portugal; o próprio Frank Carlucci recordou posteriormente o incidente: «Otelo Saraiva foi à televisão e disse que o Embaixador americano estava por detrás da tentativa de golpe e que por isso ele não tinha qualquer intenção de me proteger. Telefonei-lhe e disse: - “Em primeiro lugar, quero ter a certeza que foi isto que você disse”. E ele respondeu: - “Sim, disse-o”. Retorqui-lhe: - “Bem, você percebe

¹³⁶«Lisbon, 1398, March 13, 1975», FOIA

¹³⁷João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*, ob.cit., p.180. O Embaixador acrescentou ainda que «Kissinger (...) comentava que me via com mais frequência do que os seus Directores-Gerais», *ibidem*

que isso é equivalente a declarar o Embaixador americano *persona non grata*. Ele disse: - “Não, não percebi isso”. Acrescentei: - “bem, esse não é o seu trabalho”. Ele perguntou: - “Qual é o meu trabalho?” Disse-lhe: - “o seu trabalho é proteger o Embaixador americano e você transformou-me num potencial alvo”. A conversa prosseguiu dentro deste estilo durante um tempo e ele disse finalmente: - “O que devo fazer?” Respondi-lhe: - “o melhor é proteger-me”. Para minha surpresa ele enviou algumas tropas para a minha residência. Estava sempre nervoso em relação ao facto de saber se elas estavam lá para me proteger ou para outro propósito». ¹³⁸

As declarações proferidas no dia seguinte pelo ministro para a Comunicação Social, Correia Jesuino, em nome do Governo português, segundo as quais Carlucci era «uma *persona grata*» e «não estava de forma alguma no espírito de (...) Otelo Saraiva de Carvalho dar (...) uma palavra de ordem para que houvesse um linchamento público do Embaixador dos Estados Unidos», querendo apenas significar que «numa atmosfera um pouco indefinida seria difícil de garantir a segurança a cem por cento de todas as entidades que residiam em Portugal», não foram obviamente suficientes para tranquilizar as autoridades dos EUA. ¹³⁹ Ainda a 12 de Março, João Hall Themido foi chamado por Lowenstein ao Departamento de Estado para lhe transmitir «a preocupação do Governo americano com a afirmação de que não seria possível garantir a protecção do seu representante», facto que considerou «especialmente grave por provir do principal responsável pelo serviço de segurança»; o Adjunto do Subsecretário de Estado para os assuntos europeus acrescentou ainda que os EUA e Portugal mantinham «relações diplomáticas normais» pelo que cabia a Lisboa «zelar pela segurança do Embaixador e restantes membros da Embaixada» e protestou contra as afirmações do envolvimento de Carlucci nos incidentes de 11 de Março, «assegurando que tal acusação era falsa». ¹⁴⁰

¹³⁸Interview with Frank C. Carlucci, The Association for Diplomatic Studies and Training, Foreign Affairs Oral History Project, Georgetown University, December 30, 1996, p.4. Afirmou Otelo na Conferência de Imprensa: «Quanto a essa pessoa cujo pudor não lhe deixou dizer o nome e que é o embaixador americano Frank Carlucci, eu considero realmente que, ou por coincidência ou por qualquer outro motivo, se tem verificado um certo crescendo de actividade deste género em relação ao que se passa actualmente no nosso País. Não sei qual vai ser a atitude do nosso governo, mas, por uma questão de precaução, seria bom fazer crer ao Sr. Frank Carlucci que talvez fosse melhor, neste momento, abandonar Portugal até por uma questão da sua própria segurança pessoal. Porque eu não posso neste momento garantir a segurança física do Sr. Carlucci e é possível que, a certa altura, ele sofra um dissabor qualquer. O que seria extremamente lamentável para o nosso governo», cit. em Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, vol. 1, ob. cit., pp.381-82

¹³⁹AHD, Serv. de Informação, nº40, 13 de Março de 1975

¹⁴⁰AHD, nº151, 12 de Março de 1975

Também em Portugal foi atribuída grande importância ao incidente entre Otelo Saraiva de Carvalho e Frank Carlucci ao ponto de, segundo o testemunho de Mário Soares, Costa Gomes ter receado que as declarações do comandante-adjunto do COPCON servissem de pretexto para uma intervenção dos Estados Unidos em Portugal.¹⁴¹

Em consonância com o forte pessimismo que se apoderou do Departamento de Estado a seguir ao 11 de Março, Washington endureceu a sua posição relativamente a Portugal, começando mesmo a equacionar a hipótese de adoptar uma política de ostracização do País. Neste sentido, Kissinger instruiu imediatamente o seu Embaixador em Lisboa para pedir uma audiência a Costa Gomes e exprimir-lhe, em «termos fortes», a preocupação dos EUA com os desenvolvimentos portugueses; em concreto, Carlucci devia transmitir ao Presidente da República os seguintes pontos: «a) Registámos a declaração portuguesa de que os acordos e tratados internacionais vão ser honrados, o que inclui a NATO, mas estamos preocupados com o tom estridente anti-Occidente, anti-Estados Unidos, anti-NATO das declarações de várias individualidades do Governo português, bem como dos Meios de Comunicação Social. Esperamos que essas declarações não representem uma diminuição da determinação do Governo português em honrar os seus compromissos internacionais. b) Em particular, vamos considerar de modo excepcional qualquer declaração alegando ou insinuando que o Governo dos Estados Unidos esteve envolvido de qualquer maneira na tentativa falhada de golpe da semana passada, ou que está a intervir nos assuntos internos de Portugal. c) (...) encoraja-nos saber que o Governo português pretende continuar com as eleições para a Assembleia Constituinte planeadas para 12 de Abril. Esperamos que seja também a intenção do executivo português permitir a mais completa participação possível dos partidos políticos previamente qualificados nessas eleições. d) O nosso programa de assistência económica tem sido uma evidência tangível do nosso apoio aos esforços do povo português, bem como do Governo, na construção de uma economia mais forte, tal como prometemos durante a visita de Costa Gomes a Washington no passado mês de Outubro. e) O modo como Portugal trata dos seus assuntos só a si diz respeito, mas a impressão no exterior é que os eventos podem estar a fortalecer os elementos que se opõe à evolução democrática». f) Registámos que o Governo português planeia garantir a completa protecção de todos os estrangeiros e da sua

¹⁴¹Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução...*, ob.cit., p.403

propriedade. Nesta conexão, declarações como as do general [Otelo Saraiva de] Carvalho sobre o Embaixador Carlucci, ainda que subsequentemente retratadas, só servem para alarmar os amigos de Portugal e para deixar a impressão, que pode não ser justificada, de que o Governo português não está a fazer tudo o que é possível para acalmar a situação».¹⁴²

Carlucci respondeu a estas instruções num telegrama com as suas «recomendações para lidar com a actual crise governativa em Portugal» e, deixando antever a existência de divergências entre a Embaixada e o Secretário de Estado, adoptou um tom comedido e aconselhou moderação. Quanto aos pontos indicados por Kissinger para serem transmitidos a Costa Gomes, o diplomata referiu que «o estridente tom anti-Occidente» era «uma boa questão», mas não só não conhecia «nenhuma declaração do Governo português anti-NATO», como aquele tinha «reafirmado pela segunda vez o seu respeito pelos acordos internacionais»; já o programa americano de ajuda económica era «um bom ponto a fazer» pois constituía «de longe a ferramenta mais útil», devendo-se ainda abordar «o recente voto no Senado» sobre essa questão e «as declarações de Kennedy»; igualmente importante era «expressar o forte e continuado apoio às eleições» e a «preocupação relativamente à violência e intimidação», instando as autoridades portuguesas «a lidar mais efectivamente com estes problemas». Mas o Embaixador foi mais longe na sua resposta e alertou especificamente Washington contra a tentativa de influenciar a composição do novo Governo pois tratava-se «de um caso perdido e a questão errada para os Estados Unidos e os seus aliados gastarem a pouca influência que ainda tinham»; para ele, a preocupação americana devia concentrar-se antes «no problema mais crucial das relações futuras entre Portugal, a NATO e o Occidente», afirmando ter aqui «maior esperança de poder exercer alguma influência». Tudo somando, Carlucci recomendou ao Departamento de Estado que «indicasse a Costa Gomes que os EUA compreendiam a delicadeza da situação e pretendiam continuar a apoiar o País» pois só havia duas opções: «ou apoiar os moderados ou uma política de ostracização de Portugal».¹⁴³

Todavia, as recomendações do Embaixador em Lisboa já não produziam efeitos em Henry Kissinger, agora convencido em definitivo que Portugal estava perdido para o Occidente; assim, no mesmo dia, escreveu ao diplomata ignorando os seus conselhos de moderação e pedindo-lhe para elaborar o cenário da ostracização. O teor do

¹⁴²For: Ambassador; From: Secretary, s.d, FOIA

¹⁴³«Lisbon, 1632, March 22, 1975», FOIA

telegrama de Kissinger é esclarecedor do seu pensamento: «No seu telegrama, você indica que a única alternativa que vê ao processo de reconstruir o papel dos moderados é uma política de ostracização de Portugal. Apreciaremos o envio urgente das suas ideias acerca desta alternativa, incluindo a natureza da ostracização e os seus efeitos».¹⁴⁴

A resposta de Carlucci ao pedido do Secretário de Estado para elaborar o cenário da ostracização de Portugal revelou uma vez mais a existência de divergências entre ambos. Confessava não estar «de todo seguro que uma estratégia de reconstrução das forças moderadas viesse a ter sucesso», mas considerava que ela oferecia «uma melhor chance de preservar os interesses do Ocidente em Portugal do que a estratégia da ostracização». Para ele, essa política não era sequer «razoável» e, citando Rosa Coutinho que «descreveu os portugueses como simultaneamente receosos e orgulhosos», concluiu: «se encostados à parede pelo Ocidente eles são capazes de embarcar num curso *Kamikaze*».¹⁴⁵

Não cedendo ao pessimismo de Kissinger e em coerência com a sua própria perspectiva, Carlucci optou por não “deixar cair” Portugal e esforçou-se por encontrar outras formas de influenciar o curso dos acontecimentos, propondo uma reunião conjunta dos Embaixadores de todos os países da NATO sedeados em Lisboa com vista à adopção de uma acção concertada dos aliados.

O encontro realizou-se a 23 de Março na residência oficial do representante do Reino Unido, mas logo se percebeu a existência de diferenças entre a maioria dos europeus ocidentais e o responsável pela diplomacia norte-americana em Lisboa, com os primeiros a sustentar a opinião de que o Ocidente «devia ser cauteloso, não dando a entender que estava a pressionar Portugal» e o segundo a defender que se podia ir mais longe pois «enquanto parceiros numa Aliança» tinham «o direito de expressar preocupação com certos assuntos, tais como a incapacidade do Governo para fazer alguma coisa que parasse a propaganda anti-Ocidente e a necessidade de realizar eleições numa atmosfera livre de intimidação e violência»; além disso, «era legítimo perguntar ao novo executivo qual ia ser a sua política para a NATO» pois já não era possível saber «o que a “reafirmação dos compromissos internacionais” significava na

¹⁴⁴ «Outgoing Telegram, 065431, March 22, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁴⁵ «Lisbon, 1639, March 22, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

atmosfera vigente em Portugal».¹⁴⁶ Em termos de tática a seguir, os europeus advogaram que «a abordagem inicial dos países da NATO devia ser feita junto do novo ministro dos Negócios Estrangeiros» e que uma «diligência colectiva seria considerada uma forma de pressão»; já o norte-americano sugeriu que requeressem ao futuro responsável pela política externa portuguesa «um *briefing* colectivo», seguido de «*démarches* individuais sobre pontos específicos».¹⁴⁷

Apesar dos esforços de Carlucci não foi possível na ocasião «levar os europeus a concordar com uma *démarche* ocidental comum em Lisboa». Para ultrapassar este obstáculo, os governos dos EUA, RFA e Reino Unido iniciaram um conjunto de consultas «entre aliados seleccionados» a fim de concertarem as acções a levar a cabo, tendo concordado que os seus respectivos Embaixadores iam procurar individualmente Costa Gomes e pressioná-lo no sentido de travar a deriva à esquerda.¹⁴⁸

O primeiro diplomata ocidental a encontrar-se com o Presidente português foi o do Reino Unido, a 24 de Março, tendo optado por uma abordagem dentro da linha preconizada de forma maioritária pelos europeus na ocasião, ou seja, muito cautelosa de molde a evitar transmitir a ideia que estava a intrometer-se nos assuntos internos do País; porém, não deixou de pressionar Costa Gomes sobre as eleições e o seu grau de liberdade dada a intimidação que estavam a ser alvo certos partidos políticos. Curiosamente, durante a conversa, o responsável máximo de Portugal não se limitou a desdramatizar a situação, comentando que «cada crise parecia fazer deslocar o Governo ainda mais para a esquerda».¹⁴⁹

No dia seguinte foi a vez de Frank Carlucci se encontrar com Costa Gomes, adoptando um tom mais duro do que o usado pelo seu colega britânico. Antes porém, na véspera da audiência, o Embaixador conversou pelo telefone com Ferreira da Cunha questionando-o sobre a composição do Governo Provisório em formação, sobretudo o peso do PCP neste, e a relação de Portugal com a NATO. O chefe de gabinete do Presidente da República desvalorizou o assunto do executivo, afirmando que «o verdadeiro poder» residia «no Conselho da Revolução» e «garantindo» que nenhum membro daquele órgão era «aliado de qualquer partido político em particular»; já em

¹⁴⁶«Lisbon, 1641, March 23, 1975», GFL, PCF, Caixa 11. Importa sublinhar que, segundo Carlucci, a resposta dos restantes Embaixadores da NATO relativamente a estes pontos foi que «estava por sua conta»

¹⁴⁷*Ibidem*. A este respeito é interessante notar que vários Embaixadores «exprimiram a preocupação de que a possível nomeação do “apóstolo do terceiro mundo”, Melo Antunes, fosse uma “bofetada” directa na NATO».

¹⁴⁸«Outgoing Telegram, 071505, March 28, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁴⁹«Lisbon, 1680, March 25, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

relação à organização de defesa do Ocidente, respondeu que «a verdadeira questão não era a atitude portuguesa para com a NATO mas o comportamento desta relativamente a Portugal», concluindo com uma pergunta reveladora do estado de espírito dos militares portugueses, independentemente do seu posicionamento político: «Afinal de contas não foi a NATO que deu o primeiro passo de excluir Portugal das deliberações do Grupo de Planeamento Nuclear?». ¹⁵⁰

Na manhã de 25 de Março o Embaixador norte-americano encontrou-se com Costa Gomes para lhe dizer de modo firme que «a viragem de Portugal à esquerda era hostil aos interesses da NATO e dos Estados Unidos» e que «os portugueses não podiam acomodar-se na NATO se constituíssem um problema de segurança»; não obstante, acrescentou ainda que «os EUA pretendiam continuar a apoiar os esforços de democratização do País». ¹⁵¹

¹⁵⁰*Ibidem*

¹⁵¹Frank Carlucci, «The View from US Embassy», em Hans Binnendjik (ed.), *Authoritarian Regimes in Transition*, US Department of State, Foreign Service Institute, Center for the Study of Foreign Affairs, Washington D.C, 1987, p.211. Sobre o conteúdo da conversa entre Carlucci e Costa Gomes ver ainda: Witney Schneidman, *Confronto em África...*, ob. cit. pp.226-7; *The New York Times*, 27 de Março de 1975, p.2